

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC LUIZ CARLOS ALVES DA CONCEIÇÃO JUNIOR

O INTERESSE DAS GRANDES POTÊNCIAS NA ÁFRICA:

em que medida a expansão da China na África Ocidental, no século XXI, poderá afetar a influência do Brasil em seu entorno estratégico?

Rio de Janeiro

2023

CC LUIZ CARLOS ALVES DA CONCEIÇÃO JUNIOR

O INTERESSE DAS GRANDES POTÊNCIAS NA ÁFRICA:

em que medida a expansão da China na África Ocidental, no século XXI, poderá afetar a influência do Brasil em seu entorno estratégico?

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Alexandre Tito dos Santos Xavier.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

**ASSINATURA PELO GOV.BR
(LOCAL DA CHANCELA)**

AGRADECIMENTOS

Ao meu bom Deus, por ter me dado saúde e força para superar as adversidades durante esta trajetória.

À minha esposa, Juliana, e aos meus filhos, Lucas e Pedro, pelo amor, pela inspiração e pela paciência nos momentos mais difíceis durante o corrente ano de dedicação acadêmica.

Aos meus pais, Luiz e Luzia, exemplos de dignidade e de respeito. Eles foram responsáveis por forjar o meu caráter, e são as pessoas responsáveis por tudo o que hoje sou.

À Escola de Guerra Naval e ao seu corpo docente por terem incrementando o meu cabedal de conhecimentos, necessários não somente para esta pesquisa acadêmica, mas também para meu crescimento profissional.

Ao Capitão de Mar e Guerra (RM1) Alexandre Tito dos Santos Xavier, meu orientador, pelas orientações precisas, pelos ensinamentos, pela paciência e pelas correções, fundamentais para a condução e para o enriquecimento deste trabalho.

RESUMO

A costa ocidental da África, com sua posição estratégica e com seus recursos naturais, vem elevando o interesse geopolítico de potências externas e gerando cobiça. Nesse contexto, a China desponta na disputa por influência e por poder, haja vista a sua forma de atuar no plano externo. Desse modo, o objetivo desse trabalho foi investigar como poderá ser impactada a influência do Brasil em seu entorno estratégico, com a expansão da presença da China na África Ocidental, no século XXI. Para tanto, inicialmente, são apresentadas as bases teóricas sobre a teoria realista ofensiva das relações internacionais, definida por John J. Mearsheimer, para entender a atuação chinesa na costa oeste do continente africano. Em seguida, são analisadas as potencialidades, as vulnerabilidades e os aspectos oceanopolíticos que fazem com que essa região seja um palco de disputa geopolítica. Nesse cenário, à luz do realismo ofensivo, descreve-se a expansão das relações contemporâneas sino-africanas, incluindo os relacionamentos militares no referido período. De posse desses elementos, confrontados com a importância do Atlântico Sul e da costa ocidental africana aos interesses brasileiros, abordados no capítulo final, o trabalho analisa as implicações para o Brasil. O estudo é concluído com as observações atinentes aos possíveis reflexos dessa presença, em especial à Marinha do Brasil, no que tange ao ambiente de segurança e aos acordos firmados. Por fim, serão apresentadas propostas para o emprego daquela Força, de forma a assegurar os interesses do Brasil e a mitigar possíveis cenários adversos no Entorno Estratégico Brasileiro.

Palavras-chave: África Ocidental; Atlântico Sul; Brasil; Marinha do Brasil; China; Entorno Estratégico Brasileiro; Geopolítica; Realismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Entorno Estratégico Brasileiro (EEB)	55
Figura 2 - Criação da Zona de Paz do Atlântico Sul	56
Figura 3 - Navio de Apoio Logístico (NApLog) “Elephant”	57
Figura 4 - Reservas de pré-produção de óleo e gás na África	60
Figura 5 - Locais de extração de gás na África	60
Figura 6 - As riquezas do continente africano	61
Figura 7 - Cooperação em Defesa no Atlântico Sul	63
Figura 8 - Cronologia dos exercícios navais IBSMAR	64
Figura 9 - Influência da presença chinesa no ambiente de segurança da África subsaariana	65
Figura 10 - Atividades criminosas no mar	66
Figura 11 - Concentração dos atos de pirataria e roubos armados	66
Gráfico 1 - A evolução da Balança Comercial China-África (2002-2021)	58
Gráfico 2 - Crescimento anual do PIB e média móvel trienal, Mundo e África Subsaariana: 1991-2022	59
Gráfico 3 - Investimentos estrangeiros na África	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNBN -	Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia
AfCFTA -	Zona de Livre Comércio Continental Africana
ASS -	África Subsaariana
CNUDM -	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar
EEB -	Entorno Estratégico Brasileiro
FOCAC -	Foro de Cooperação China-África
Fundo-CAD -	Fundo de Desenvolvimento China-África
LBDN -	Livro Branco de Defesa Nacional
LCM -	Linhas de Comunicação Marítimas
MAN -	Missão de Assessoria Naval
MB -	Marinha do Brasil
MN -	Marinha da Namíbia
NApLog -	Navio de Apoio Logístico
NEPAED -	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
OND -	Objetivos Nacionais de Defesa
ONU -	Organização das Nações Unidas
OUA -	Organização da União Africana
PDN -	Política de Defesa Nacional
PEB -	Política Externa do Brasil
PIB -	Produto Interno Bruto
PLA -	Exército de Libertação Popular
RI -	Relações Internacionais
RPC -	República Popular da China

SI -	Sistema Internacional
UA -	União Africana
ZOPACAS -	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PANORAMA TEÓRICO	12
2.1	O realismo ofensivo	13
2.1.1	A teoria realista e os estados	13
2.1.2	O realismo ofensivo e o pensamento de Mearsheimer	16
3	ÁFRICA: UM PALCO DE INTERESSES GEOPOLÍTICOS	18
3.1	A busca pelo desenvolvimento e as vulnerabilidades	18
3.2	Os recursos naturais como alvos de interesse chinês	21
3.3	Aspectos oceanopolíticos envolvidos	23
4	A ENTRADA CHINESA: DESENVOLVIMENTO E INTERESSE ESTRATÉGICO	27
4.1	A China na África	27
4.1.1	As relações contemporâneas e o realismo ofensivo de Mearsheimer.....	29
4.1.2	Relações militares	34
5	IMPLICAÇÕES DA EXPANSÃO DA PRESENÇA CHINESA NA ÁFRICA PARA O BRASIL	37
5.1	A importância do Atlântico Sul e da Costa Ocidental da África para os interesses brasileiros	37
5.2	A cooperação em defesa com a África Ocidental	38
5.3	Desdobramentos da expansão chinesa na África Ocidental à influência do Brasil no seu entorno estratégico	41
6	CONCLUSÃO	45
	REFERÊNCIAS	48
	ANEXOS	55

1 INTRODUÇÃO

A crescente presença da República Popular da China (RPC) na África é um fenômeno bastante estudado pelos analistas de geopolítica e das Relações Internacionais atualmente.

A partir das últimas duas décadas, a China tem incrementado, significativamente, as suas relações com os países africanos. Este processo está inserido no contexto mais amplo da política chinesa para a África, voltada para assegurar o acesso aos recursos naturais do continente, requeridos pela forte demanda da sua economia.

Em 1955, durante a Conferência Bandungue ¹, a China já via na África uma oportunidade de cooperação, quando o Primeiro-Ministro Zhou Enlai, Chefe da Delegação da RPC, proferiu um discurso no qual destacou:

Sofrendo da mesma causa e lutando pelo mesmo objetivo, nós, os povos asiáticos e africanos, achamos mais fácil nos entendermos e há muito tempo temos profunda simpatia e preocupação um pelo outro. [...] Nós, países asiáticos e africanos, precisamos de cooperar nos domínios econômico e cultural, a fim de facilitar a eliminação do atraso econômico e cultural causado pelo longo período de exploração e opressão colonial. (ZHOU, 1955, tradução nossa).²

O episódio transcrito acima corrobora, de forma muito singular, para o objeto a ser estudado: a expansão da presença chinesa no continente africano, especificamente, em sua porção ocidental, durante o século XXI.

Ao buscar esses recursos naturais, espontaneamente, a China tem apoiado grupos governantes daqueles países africanos que, obviamente, detêm o controle sobre a exploração de tais *commodities*. Ao fortalecer a base de poder desses grupos, muitas vezes em detrimento dos interesses da sociedade local, o apoio chinês tem contribuído para a crescente insatisfação popular (ALDEN, 2007).

Por outro caminho, no movimento oeste para leste, ocorre a manutenção, pelo Brasil, de uma longa tentativa de aproximação e de cooperação com os países lindeiros ao seu entorno estratégico, sintonizada com a relevância atribuída à costa ocidental da África pelas

¹ Reunião com 29 países asiáticos e africanos em Bandungue (Indonésia).

² Suffering from the same cause and struggling for the same aim, we the Asian and African peoples have found it easier to understand each other and have long had deep sympathy and concern for one another. [...] We Asian and African countries need to co-operate in the economic and cultural fields in order to facilitate the elimination of the economic and cultural backwardness caused by the long period of colonial exploitation and oppression. (ZHOU, 1955).

políticas externa e de defesa brasileiras. Assim, cabe destacar de acordo com a Política Nacional de Defesa (PND) do Brasil, bem como na Estratégia Nacional de Defesa (END), os países posicionados nessa porção africana fazem parte do Entorno Estratégico Brasileiro (EEB)³, o que reveste esta região com um caráter estratégico para o Brasil.

Entende-se que a conformação do espaço geográfico brasileiro, de dimensões continentais, debruçado sobre o Atlântico Sul e projetado para a África, confere fundamental destaque àquele oceano e, conseqüentemente, exige especial atenção à costa ocidental africana para o atendimento dos interesses brasileiros.

O Atlântico Sul, também inserido no EEB, configura-se como uma região essencial para a segurança e para a economia brasileira. Nesse viés, a consolidação da paz e do desenvolvimento, nessa região, tem sido um dos objetivos da Política Externa do Brasil (PEB). A criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), representada no ANEXO B, foi estabelecida por resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1986, foi uma iniciativa brasileira seguindo o rumo dessa política (CASTRO, 2009; ONU, 1986).

Isso posto, este trabalho tentará responder a seguinte questão de pesquisa: Em que medida a expansão da China na África Ocidental, no século XXI, poderá afetar a influência do Brasil em seu entorno estratégico? Nesse sentido, a pesquisa tem como propósito identificar e analisar quais implicações poderão ser provenientes da expansão chinesa nos países da costa ocidental do continente africano.

A partir da possibilidade de interferências na área de interesse do Brasil, há a importância desse estudo, que se faz jus pela manutenção do espaço marítimo para a segurança e para a prosperidade da população brasileira, a qual já se fazia sentir desde os momentos iniciais da história do país.

Portanto, a pesquisa foi estruturada em seis capítulos, incluindo a introdução como o primeiro. No segundo capítulo, será exposta uma base teórica abordando a teoria realista clássica das relações internacionais, tendo com fonte principal a teoria realista ofensiva de John J. Mearsheimer (1947 -).

O terceiro capítulo focará nos aspectos geopolíticos, oceanopolíticos e econômicos

³ É a região delimitada geoestrategicamente ao Norte pelo paralelo 16N; ao Sul pelo Continente Antártico; a Leste pelo litoral africano e a Oeste pela América do Sul (BRASIL, 2020c, p. 75), que no continente africano poderá ser visualizado no ANEXO A.

referenciados em obras como a de Hugon (2009) e Barbosa Júnior (2012), que fazem do continente africano um palco de oportunidades e de interesse internacional, em especial, a parcela banhada pelo Atlântico Sul.

O quarto capítulo apresentará a análise da presença da China na África ocidental, seus interesses e suas atividades na região, que corroboram para que esta seja alvo de disputas. Esta análise será permeada pelas obras “As novas relações sino-africanas; desenvolvimento e implicações para o Brasil”, de Gustavo Rocha de Menezes (2013), e a “África na Política Internacional” de Paulo Fagundes Visentini (2010), que permitirão um melhor entendimento crítico e acadêmico do trabalho.

Ainda nesse mesmo capítulo, serão analisadas as ligações de elites africanas com o governo e com empresas chinesas, bem como os motivos pelos quais essas ligações têm contribuído para a insatisfação de certos segmentos de suas sociedades. A seção abordará, por fim, as relações militares entre China e alguns Estados da costa atlântica da África. O estudo, nesse capítulo, será incrementado com a experiência obtida pelo seu autor após ter permanecido dois anos (2021 e 2022) em Walvis Bay-Namíbia, um país componente do EEB, exercendo a função de Chefe do Grupo de Inspeção Operativa e Logística, na Missão de Assessoria Naval (MAN).

O quinto capítulo, também pautado na obra de Menezes (2013) e no *Policy Brief* do *Atlantic Centre*, de Murilo Gomes da Costa (2023), apresentará as implicações das relações da China na África Ocidental para o Brasil e a relevância do Atlântico Sul e da África ocidental para os interesses brasileiros, traduzindo a importância da cooperação Brasil-África para a paz e para a segurança na região sul-atlântica. O capítulo ainda discorrerá sobre a contribuição, tanto histórica como atual, do poder naval para a PEB em relação à costa ocidental africana.

A conclusão, consubstanciada pela teoria realista ofensiva e pelas análises advindas dos capítulos anteriores, enfatizará a última seção desta pesquisa, a fim de responder à questão de pesquisa.

2 PANORAMA TEÓRICO

Neste capítulo, serão introduzidos conceitos que permeiam as relações internacionais e, principalmente, atinentes à teoria relacionada com o objeto em questão. Os assuntos abordados, nessa parte do trabalho, são essenciais para o entendimento dos fatos e das análises descritas ao longo dos próximos capítulos. De acordo com Nye (2009), as teorias são como os mapas que permitem entender um terreno desconhecido. Normalmente, há uma teoria implícita guiando as ações e pensamentos das pessoas, mesmo quando elas pensam que estão usando o senso comum.

As alterações no equilíbrio de forças e, conseqüentemente, de poder no cenário internacional é objeto de estudo por diversos autores. A forma como os Estados⁴ se relacionam, pacificamente ou não, é o que determina a estrutura das relações internacionais. Este campo de análise é bastante complexo, em virtude da diversidade de enfoques que podem ser adotados e dos aspectos a serem observados quando se pretende examinar o grau de poder de determinado Estado e as formas pelas quais esse busca ampliar sua atuação na esfera global.

A teoria a ser trabalhada tem como base a relação entre as forças econômicas e as forças militares para determinar o poder de um Estado. Essa linha de raciocínio não desconsidera outras abordagens, tampouco infere a defesa de que somente as forças econômicas e militares são relevantes para a avaliação. O objetivo é focar nessas duas variáveis como principais, sem, contudo, ignorar outros aspectos, por exemplo a estruturação política dos países.

Nesse campo, foi identificado um autor com grande relevância para o estudo: John J. Mearsheimer⁵. Um dos mais importantes teóricos do realismo ofensivo das relações internacionais, pois busca explicar como a lógica da disputa de poder⁶ está relacionada com

⁴ O termo Estado utilizado neste trabalho é o de Estado como ator interno e externo, definido por Halliday (1999). De acordo com essa definição, "O Estado compete com os outros Estados para mobilizar recursos internamente e usa o seu papel externo para consolidar a sua posição interna." (Halliday, 1999, p. 98).

⁵ John J. Mearsheimer é um professor de ciência política e teórico das relações internacionais norte-americano ligado à Universidade de Chicago, conhecido por seu livro "A Tragédia da Política das Grandes Potências lançado em 2001", sobre o realismo ofensivo. (MEARSHEIMER, 2001).

⁶ Controle do homem sobre as ações e mentes de outros homens. (MORGENTHAU, 2003).

as interações estatais. Nas seções que se seguem, será feita uma análise com maior profundidade dessa teoria e de conceitos relacionados, a fim de permitir um entendimento da abordagem a ser realizada e, conseqüentemente, obter uma melhor resposta para a questão de pesquisa.

2.1 O realismo ofensivo

A teoria do realismo ofensivo tem sua raiz na escola realista de pensamento, a qual possui outras tendências. Para melhor entendimento do leitor, esta escola será abordada inicialmente, para que se possa contextualizar o realismo ofensivo.

2.1.1 A teoria realista e os estados

A teoria realista teve sua origem com o historiador da Grécia antiga Tucídides (460-400 a.C.) em sua obra História da Guerra do Peloponeso⁷. No decorrer dos anos, ela foi incrementada por diversos filósofos, tais como o cristão Santo Agostinho (354-430), o italiano Nicolau Maquiavel (1469-1527) e o inglês Thomas Hobbes (1588-1679), que formularam conceitos básicos e premissas do realismo (MORGENTHAU,2003).

Esta concepção é considerada como uma das grandes escolas teóricas das relações internacionais e constitui a base de diversas correntes, as quais possuem nela a sua força geradora, mesmo que divergindo em alguns aspectos. Nesse contexto, situa-se o realismo ofensivo como uma de suas correntes.

Tratando-se de política internacional, os realistas são pessimistas. Essa vertente concorda que a criação de um mundo pacífico seria desejável, contudo, ela não crê que escapar do mundo da competição pela segurança e da guerra seja tarefa fácil. Com isso, criar um mundo pacífico é, certamente, uma ideia atraente, mas não é prática. Nesse sentido, os realistas concentram-se, principalmente, nas grandes potências, porque esses Estados

⁷Obra que narra a história da Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), disputada entre a Liga do Peloponeso (liderada por Esparta) e a Liga de Delos (liderada por Atenas), nos tempos da Grécia antiga.

dominam e moldam a política internacional e, também, causam as maiores guerras (MEARSHEIMER, 2001).

Outrossim, segundo Mearsheimer (2001), a estrutura do sistema internacional, que todos têm de lidar, em grande medida, molda as suas políticas externas, ou seja, todas as grandes potências agem de acordo com a mesma lógica, independentemente de sua cultura, do seu sistema político, ou de quem comanda o governo.

Como pressupostos básicos, está o papel central dos Estados, que constituem a unidade essencial de análise e são, para todas as correntes realistas, os principais atores do cenário internacional. A ideia do Estado como ator mais importante, associada a visão anárquica⁸ do sistema internacional, compõem o núcleo da escola realista. Os Estados, normalmente, estão preocupados com sua sobrevivência e seguir os princípios éticos e morais que os indivíduos seguem, muitas vezes, seria atentar contra a sua própria segurança (DUNNE; SCHMIDT, 2004).

Para Dunne e Schmidt (2004), existem três elementos básicos do realismo, como:

- a) estadismo: para os realistas, o Estado é o grande ator no sistema internacional. O significado do Estado soberano está, intrinsecamente, ligado com o uso da força;
- b) sobrevivência: embora os realistas discordem de que a acumulação de poder é um fim em si mesmo, poucos discordam do argumento de que a preocupação última dos Estados é a sobrevivência, que é tida como uma pré-condição para alcançar todos os outros objetivos. Assim, esse princípio que une os realistas é a afirmação de que, na política mundial, todos os Estados têm um interesse vital em sobrevivência. É nesse ponto que entra a questão da ética; ainda que os realistas não reconheçam os princípios morais universais, como cooperação, justiça e lealdade, defendem que atos ditos imorais podem ser feitos, desde que para um bem maior; e
- c) autopreservação: no Sistema Internacional (SI), não há autoridade superior para combater o uso da força. A guerra é sempre uma possibilidade, porque não há nada que possa impedir um Estado de usar a força contra um outro. Esses devem, em

⁸ Entende-se como sistema internacional anárquico a inexistência de um governo ou instituição que regule a atuação dos Estados, a exemplo do que ocorre na ordem interna, onde o Estado regula a ação dos indivíduos. (MORGENTHAU, 2003).

última análise, confiar neles mesmos para alcançar a segurança.

Esses elementos são complementados, de acordo com Mearsheimer (2001), com a ideia de que o comportamento das grandes potências é condicionado pelo ambiente externo, pela estrutura do SI e não pelas condições internas. Além disso, acentua a questão de que os Estados competem por poder, e que esta competição, em várias situações, chega à guerra.

A teoria realista, apesar de ter princípios básicos gerais⁹, pode ser dividida em dois grandes tipos: o realismo clássico e o realismo estrutural (MEARSHEIMER, 2001).

O realismo clássico, exemplificado através da contribuição de Morgenthau (1904-1980), se dedica a analisar as relações entre as nações e as forças que permeiam esse relacionamento e toma como ponto de partida a busca do poder pelos Estados, a essência da força militar dentro deste poder e a imposição constante do conflito em um mundo de múltipla soberania (HALLIDAY, 1999).

O realismo estrutural, por outro lado, representado por Kenneth Waltz (1924-2013), aponta a estrutura anárquica do sistema como a característica responsável por moldar o comportamento dos Estados. Dentro do realismo estrutural, há, ainda, uma divisão entre o realismo defensivo e o realismo ofensivo.

No realismo defensivo, os Estados maximizam a segurança antes do poder e competem entre si para manter suas posições no sistema internacional, contudo essa disputa é apenas o suficiente para equilibrar as forças e para a sua sobrevivência no sistema anárquico (MEARSHEIMER, 2001).

O conceito de maximizar a segurança implica que o objetivo do Estado é acumular força suficiente apenas para manter a sua posição na distribuição total de poder no sistema. A concentração de poder que exceda este objetivo e que modifique a distribuição de poder já existente levaria os outros Estados do SI a sentirem-se ameaçados, motivando-os, assim, a unirem-se para combater este Estado visto como desafiante. Por meio dessa balança de poder, o SI pode-se manter, relativamente, estável (WALTZ, 2002).

Diferentemente do realismo defensivo, no qual os Estados são “maximizadores de segurança”, adquirida pela manutenção do *status quo* via balança de poder, para Mearsheimer (2001), os Estados são maximizadores de poder. Assim, ele define um

⁹ São princípios básicos gerais da teoria realista: o indivíduo sendo sedento por poder; o Estado agindo em prol do interesse nacional; e o sistema internacional como sendo anárquico. (MORGENTHAU, 2003).

comportamento essencial para um Estado, conhecido como maximização de poder:

Dada a dificuldade de determinar o quanto de poder é necessário para hoje e amanhã, as grandes potências reconhecem que a melhor maneira de garantir a sua segurança é conseguir a hegemonia agora, eliminando assim qualquer possibilidade de ser desafiada por outra grande potência. (MEARSHEIMER, 2001, p. 35, tradução nossa)¹⁰.

Finalizada a visão geral da teoria realista e de suas correntes, nas quais foi localizado o mapa que orientará este trabalho, será tratado agora, especificamente, do realismo ofensivo.

2.1.2 O realismo ofensivo e o pensamento de Mearsheimer

A teoria do Realismo Ofensivo de Mearsheimer propõe-se a responder a duas perguntas importantes: “o que leva os Estados a competirem pelo poder?” e “quanto poder os Estados querem?” (MEARSHEIMER, 2001).

As respostas são fornecidas, dedutivamente, a partir de cinco pressupostos básicos, formadores de sua teoria: 1 - O SI é anárquico; 2 - As grandes potências possuem essencialmente alguma capacidade militar ofensiva; 3 - Os Estados não possuem certeza sobre as intenções de outros Estados; 4 - A sobrevivência é o foco primário das grandes potências; e 5 - As grandes potências são atores racionais (MEARSHEIMER, 2001).

Voltando às perguntas norteadoras, a resposta à primeira é uma reafirmação do raciocínio de Waltz: “a competição de poder resulta da natureza anárquica, de autopreservação na estrutura do SI e do dilema de segurança que se segue” (MEARSHEIMER, 2001).

A resposta à segunda questão, por sua vez, traz um argumento que torna o realismo ofensivo digno de seu nome: grandes potências têm um desejo ilimitado de poder e almejam tornar-se o Estado mais poderoso do sistema (MEARSHEIMER, 2001). Na obra “O mundo de Mearsheimer” (SNYDER, 2002), maximização de segurança é maximização de poder.

Segundo Mearsheimer (2001), para os realistas ofensivos, o que se procura maximizar é o poder propriamente. Como a busca pela sobrevivência é sempre o assunto em pauta, os Estados vão sempre recorrer ao acúmulo de poder, tendo em vista a dificuldade de quantificar

¹⁰ No original: “Given the difficulty of determining how much power is enough for today and tomorrow, great powers recognize that the best way to ensure their security is to achieve hegemony now, thus eliminating any possibility of a challenge by another great power.” (MEARSHEIMER, 2001, p. 35).

a medida suficiente. Dessa forma, essa tentativa de acumular poder leva a grande potência a tentar alcançar o *status* de *hegemon*¹¹.

Os Estados têm dois tipos de poder: o poder latente e o poder militar. Essas duas formas de poder estão intimamente relacionadas, mas não são sinônimas, porque elas são derivadas de diferentes tipos de ativos. Poder latente refere-se aos ingredientes socioeconômicos que entram na construção militar do poder; baseia-se em grande parte na riqueza de um Estado e no tamanho geral de sua população, ou, mais especificamente, no seu Produto Interno Bruto (PIB). Grandes potências precisam de dinheiro, de tecnologia e de pessoal para construir forças militares e para combater guerras (MEARSHEIMER, 2001).

O poder militar baseia-se, em grande parte, no tamanho e na força naval de um Estado, de seu Exército e de suas forças aéreas (MEARSHEIMER, 2001).

Cabe ressaltar a importância desta divisão para o estudo, tendo em vista, conforme será visto nos próximos capítulos, que a China é um forte candidato a possuir o *status* de *hegemon* com potencial para alterar a configuração do poder mundial. O fato de a China estar crescendo economicamente com velocidade e com força espetaculares, possuir a segunda maior população do mundo e estar aumentando seus gastos militares, permite-se demonstrar que o Estado chinês está bastante alinhado com a teoria ora exposta.

Além disso, conclui-se que maior prosperidade econômica, invariavelmente, significa maior riqueza, e isso traz implicações significativas para a segurança, porque a riqueza é a fundação do poder militar. Estados ricos podem criar forças militares poderosas, que aumentam as perspectivas de sobrevivência de um Estado. Dessa forma, é no conceito de poder latente que grande parte das análises deste trabalho serão pautadas.

Nesse sentido, serão analisadas as possibilidades efetivas que a China, durante o século XXI, tem de ascender como a maior potência, de que forma isso poderá ser buscado e, ao mesmo tempo, negado a outros países.

Desse modo, no próximo capítulo serão abordadas as potencialidades da África ocidental, que a torna um palco de disputa geopolítica, onde a ascensão chinesa vem se acentuando no século XXI.

¹¹ É um Estado que pode dominar qualquer outro Estado no Sistema, e contra o qual nenhum outro pode atentar militarmente. Pode-se, ainda, fazer distinção entre global *hegemon*, o qual domina o mundo, e regional *hegemon*, que domina determinada região. (MEARSHEIMER, 2001, p. 40).

3 ÁFRICA: UM PALCO DE INTERESSES GEOPOLÍTICOS

Localizada entre o Oceano Índico e o Oceano Atlântico Sul, a África ocupa uma posição estratégica para diversos atores no cenário mundial. O continente tornou-se um alvo de interesses geopolíticos entre uma China expansionista, uma Rússia pós-Guerra Fria (1947-1991), a Índia, em menor medida, as potências europeias tradicionais e os Estados Unidos da América (EUA) (LIECHTENSTEIN, 2023). Confirmada essa análise, segundo Jacques (2022) a África é um continente estratégico para a economia mundial, em função de sua extensão, de seu posicionamento geográfico e de sua capacidade de exportar recursos energéticos. Dessa forma, o território é um importante palco para as políticas de potências que almejam readquirir, renovar ou incrementar relações.

No intuito de abordar as relações comerciais, sejam elas negociadas pelos Estados separadamente ou com a contribuição de Organizações, faz-se necessário entender como os países estão organizados e quais são os principais potenciais existentes no continente capazes de atrair investidores estrangeiros.

3.1 A busca pelo desenvolvimento e as vulnerabilidades

Ao estudar a história e os dados estatísticos do continente africano, constata-se que a África, no início do século XXI, surpreendeu diversos autores e analistas geopolíticos, até mesmo os experientes africanistas. Superando mais de 25 anos de intensos conflitos, de lutas pela independência e de um elevado declínio econômico, bem como uma década de perda de importância estratégica, deu início a uma nova fase em sua história. Comprovando essa nova fase, é importante citar os exemplos da África do Sul, que se consolidou no cenário internacional e passou a participar, ativamente, da diplomacia; e da Nigéria, que venceu um período de forte turbulência interna e, igualmente, voltou a fazer política no continente (VISENTINI, 2010).

Nessa percepção de “renascimento africano”, ocorreu a transformação da Organização da União Africana (OUA) em União Africana (UA), após a ação diplomática de

quatro importantes atores: África do Sul, Nigéria, Argélia e Líbia, que, somado ao protagonismo do Senegal, produziu outra iniciativa estratégica, o lançamento da NEPAD¹². A OUA, fundada em 1963, cujo propósito era promover o desenvolvimento econômico e a estabilização política de seus Estados-membros, mostrou-se ineficiente e teve suas ações restritas em função da amplitude de suas metas e das complexidades do continente, tais como a quantidade de países, as disparidades regionais etc. Assim, vários desafios travaram a ação da Organização, dentre os quais se pode citar os de ordem étnico-cultural, política e econômica (VISENTINI, 2010).

A UA foi criada em 2002, destinada a responder aos desafios ora citados, ampliados pelo cenário de término do mundo bipolar. Baseada na União Européia (UE), ela atua contribuindo para a promoção da democracia, dos direitos humanos, do desenvolvimento no continente africano e, ainda, supervisiona as ações da NEPAD. Esta nova parceria, tem possibilitado, com seu caráter inovador, a atuação de líderes, a busca por recursos e um envolvimento maior das Comunidades Econômicas Regionais (HUGON, 2009).

Como resultado dessas ações, enxerga-se que o continente africano está buscando sua reestruturação e uma nova inserção no sistema mundial do século XXI.

Todavia, diferente de outras ocasiões nas quais o voluntarismo inconsequente mostrou-se como fator de destaque para atingir alguma visibilidade, desta vez, a poderosa e crescente presença econômica chinesa na região surge de forma relevante (VISENTINI, 2010).

Historicamente, a África sempre foi almejada por diversos países, tendo os Ocidentais um papel de destaque. Na segunda metade do século XX, foi cobiçada e disputada pelos EUA e pela ex-União Soviética. Nos tempos atuais, não tem sido diferente, mas por outros atores. Nesse novo capítulo da história do continente, a China vem atuando massivamente, financiando projetos de infraestrutura que geram benefícios reais aos países africanos, e, dessa forma, buscando conquistar a admiração e aliados nesse continente, tornando-se o principal parceiro econômico (XAVIER, 2020a).

As indústrias sul-africana e os vastos campos petrolíferos dos argelinos, dos nigerianos e dos líbios, por sua vez, tiveram incremento dos investimentos e do comércio promovido pela China, pela Índia, pelo Brasil e pelos países árabes, entre outros. Como resultado, houve uma

¹² De acordo com Visentini (2010), a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) é um plano de ação multissetorial, que visa promover a prática política e econômica em troca de ajuda e parceria internacional.

forte aceleração no crescimento econômico dos Estados africanos (VISENTINI, 2010).

Contudo, segundo Saraiva, há preocupações no que se refere a essa entrada de capitais:

Há também a atenção dos setores financeiros em alguns países africanos com a eventualidade de um novo ciclo de endividamento interno advindo principalmente das políticas financeiras engendradas pela política chinesa na África, que tem interesse estratégico no continente para a compra de petróleo e de *commodities* agrícolas e para a exploração de recursos minerais. (SARAIVA, 2015, p. 27).

Pode-se valer das percepções obtidas na Namíbia para comprovar a presença significativa de empresas chinesas em certos setores de sua economia, principalmente, na construção civil, realizando construções de estradas e melhorias em infraestrutura.

Cabe destacar também, a influência na área militar, pois o navio capitânia da Marinha da Namíbia (MN), Navio de Apoio Logístico (NAPLog) “Elephant” (FIG. 3, ANEXO C), é de origem chinesa e foi adquirido a custos reduzidos, segundo relatos informais de Oficiais daquela Força Singular. Outra interação militar constatada nessa experiência é a formação de diversos Oficiais daquela Marinha nos bancos escolares militares chineses.

Vem sendo observada uma crescente evolução econômica africana e um aumento das relações comerciais da China com a África (GRAF. 1, ANEXO D), porém, ao mesmo tempo em que essas trocas são muito promissoras, são também perigosas, principalmente, em termos de endividamento externo e de submissão para a RPC, conforme será melhor abordado no capítulo 4.

A África cresceu em termos de PIB anual, especificamente, após a crise de 2008, mais do que a Europa e as Américas. Essa análise pode ser corroborada ao comparar os PIB da África Subsaariana (ASS)¹³ e o mundial (GRAF. 2, ANEXO E), em que se percebe que o primeiro vem demonstrando bons resultados quando comparado ao segundo. De acordo com Saraiva (2015), boa parte dessa análise deveu-se às reformas liberalizantes, à redução de vulnerabilidades externas geradas por saldos exportadores e à crescente atração de investimentos externos diretos.

Por outro lado, o continente ainda dispõe de um pequeno poder financeiro, de mercado e de barganha nas negociações bilaterais ou multilaterais. Em relação ao sistema financeiro africano, esse não se desenvolveu em consonância com a sociedade, além disso, os mercados financeiros são praticamente inexistentes (SANTOS, 2021).

¹³ Denomina-se África Subsaariana (ASS) a região que contém os países africanos situados ao sul do deserto do Saara. (PACIEVITCH, [202-]).

À luz das informações ora mencionadas, pode-se verificar que a China avança sua posição geoestratégica e geoeconômica na porção ocidental do continente africano, ao fazer uso de sua influência política e econômica, e gerando benefícios tangíveis.

3.2 Os recursos naturais como alvos de interesse chinês

Tendo em vista que, historicamente, um número considerável de conflitos teve alguma ligação com a disputa por recursos existentes em determinado ambiente, é importante explorar a gama de riquezas existentes nos países africanos, a fim de possibilitar o entendimento das áreas em que incidem uma probabilidade mais elevada de ocorrência de instabilidade.

Dessa forma, conforme apresentado no item 3.1, inicialmente, há a necessidade de visualizar os recursos existentes naquele continente, com foco na área de interesse, para que, dessa forma, o estudo seja refinado e seja apresentado ao leitor como estão estruturadas as relações chinesas com aqueles Estados.

A África é, incontestavelmente, um continente com um futuro promissor. Suas terras, em grande parte, com exceção da região do Sahel¹⁴ e dos desertos, têm solos cultiváveis e propícios para a agricultura e para a silvicultura. Ela é repleta de recursos naturais e está passando por uma explosão demográfica (LIECHTENSTEIN, 2023).

Dois terços das exportações da África Subsaariana estão representadas nos setores de mineração e energético. Em 2005, a África consumiu 150 milhões e produziu 200 milhões de toneladas de petróleo, das quais 104 milhões são referentes à Nigéria e 45 milhões à Angola (HUGON, 2009), países pertencentes ao EEB.

No continente, em 2009, ocorria 10% da produção de petróleo e 3% de seu consumo; e 8% da produção de gás e 2% de seu consumo, gerando, respectivamente, cerca de 15% e de 10% das exportações mundiais de petróleo e de gás. Essa posição central na geopolítica petrolífera foi adquirida devido à utilização de tecnologias para melhorar a eficiência e para

¹⁴ Sahel é uma região fronteiriça entre o deserto do Saara e as terras férteis ao sul, de 200 a 400 quilômetros de largura, englobando porções territoriais do Senegal, da Mauritânia, do Mali, de Burkina Faso, da Nigéria, do Chade e do Sudão, entre outros países. (RÊGO, 2012).

reduzir os custos de produção, ou seja, revolução técnica do *offshore*, e, principalmente, em função da necessidade de os atores internacionais diversificarem suas fontes de abastecimento (HUGON, 2009).

Segundo Jutta e Zimmerman (2023), em relação a extração de gás, a África deverá ser alvo de uma grande transformação, com diversos novos campos de pré-produção. Embora a Nigéria, o Egito, a Líbia e a Argélia tenham apresentado, historicamente, as reservas e a produção de gás mais consolidadas, dados revelam que 84% das novas reservas em fase de pré-produção estão localizadas em novos intervenientes no mercado de gás de África: Moçambique, Senegal, Tanzânia, Mauritânia, África do Sul, Etiópia e Marrocos (ANEXO F)

Além dos recursos ora mencionados, o setor de mineração africano é responsável por 2/3 dos diamantes bruto mundiais (Botswana, África do Sul, Angola, Namíbia, Serra Leoa, Costa do Marfim). Existe ouro no Mali, em Burkina Faso, em Ghana, na RDC, na Tanzânia e na África do Sul (HUGON, 2009). A África detém 25% das reservas de urânio usado na produção de energia nuclear, e são os maiores produtores a África do Sul, o Gabão, a Namíbia e o Níger (WORLD BANK, 2016). Todas essas riquezas, constam, em forma gráfica, no ANEXO G, em que é possível observar a protuberância de riquezas nos Estados localizados na costa oeste da África.

Face ao exposto, vê-se que esses valores somados oferecem diversas oportunidades à entrada de investimentos das grandes potências. Como observado no ANEXO H, há a constatação do incremento de cerca de 400% na entrada de capital estrangeiro no continente, entre o período de 2000 a 2015.

Segundo Hugon (2009), os problemas de governança e de deriva da geopolítica do petróleo são preocupantes, mesmo havendo certos mecanismos de proteção. Atualmente, existem vários países endividados, hipotecando seus recursos e de mãos presas diante das multinacionais do petróleo.

Como reflexo desse modelo de governança, apesar de a África ser um continente muito rico em recursos naturais, essa riqueza não tem sido suficiente para trazer aumento da renda para a população do continente e avanços significativos. Países como Botswana, Guiné Equatorial e Gabão têm o PIB per capita comparável com países da Europa, porém seus Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) ocupam uma das últimas posições no mundo (WORLD BANK, 2016).

Retornando à importância do petróleo, principalmente, pelo reconhecimento de sua

função estratégico-militar, o controle sobre este recurso permitiu a ascensão de grandes potências, tanto no século XX, como em alguns dos conflitos atuais. Dessa forma, esses grandes atores passaram a incluir a África nas disputas globais por petróleo (OLIVEIRA, 2007).

O aprofundamento da crise petrolífera mundial, em meio à crise de acumulação de capitais iniciada nos anos 1970, tornou o contexto mundial ainda mais complexo. No que se refere aos problemas de segurança internacional, o aumento dos conflitos regionais e a intensa competição entre as grandes potências por recursos energéticos cada vez mais escassos, tornam-se variáveis essenciais para a análise (HUGON, 2009).

Segundo Hugon (2009), o continente africano ganha ainda maior relevância global por ter aumentado quase três vezes, desde o ano de 1980, o volume de suas reservas. As disputas pelas divisas advindas do petróleo incidem em meio a conflitos históricos, amplificando-os e gerando violência. Angola, Nigéria e Sudão, maiores produtores subsaarianos, ampliam e criam novas disputas entre as províncias produtoras e o governo.

No nível global, chineses e estadunidenses disputam o acesso ao petróleo africano, normalmente, apoiados pelos respectivos governos. No lado chinês, conforme será visto no próximo capítulo, sua presença regional é intensificada na forma de investimentos, de acordos comerciais, diplomáticos e militares, de treinamento e de defesa, de transferência de armas e de instalação de bases militares (OLIVEIRA, 2007).

Desse modo, pode-se ver que a África expressa-se como um verdadeiro palco de interesse geopolítico, especialmente, quanto à existência de reservas petrolíferas, que se fazem primordiais para entender a dinâmica dos conflitos internos, assim como busca por influência envolvendo a RPC.

3.3 Aspectos oceanopolíticos envolvidos

Sob a ótica de avaliar a importância dos recursos da área de interesse, é importante voltar, para o Oceano Atlântico Sul. Os mares, segundo Barbosa Junior¹⁵ (1954 -), podem ser empregados como fonte de riquezas, de conservação da vida, ou, ainda, em um ambiente

¹⁵ Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior foi o Comandante da Marinha do Brasil de 2019 a 2021.

onde a defesa dos interesses nacionais alcança a máxima prioridade. Nessa concepção, é importante explorar o conceito de Oceanopolítica, desenvolvido pelo Almirante de Esquadra, Ilques Barbosa Junior (2012):

Oceanopolítica envolve o estado como elemento central para a adoção de decisões soberanas, considerando os espaços oceânicos, sobre o destino de sua população, assim como nas relações de poder com outros Estados e, considerando a conjuntura político-estratégica internacional, com os demais atores internacionais. (BARBOSA JUNIOR, 2012, p. 219).

Por ser o primeiro recurso extraído do mar pelo homem, desde os primórdios da humanidade, destaca-se, inicialmente, a preocupação quanto à pesca ilegal e à governança deficiente dos oceanos. Em 22 de setembro de 2020, o presidente Trump, ao discursar nas Nações Unidas¹⁶, fez duras críticas à China em diversos pontos, destacando a pesca chinesa e seu comportamento marítimo. Essa crítica foi realizada em função da exploração excessiva dos mares adjacentes, levando sua frota pesqueiras para lugares mais distantes nos últimos anos – como África Ocidental, América do Sul e Caribe, onde há carência de recursos e de meios suficientes para patrulharem os espaços marítimos (BRITO, 2020).

De acordo com Brito (2020), há estimativas de que a frota global de barcos pesqueiros da China varia entre 200.000 a 800.000 unidades, representando quase metade das atividades de pesca do mundo. O debate sobre a pesca não autorizada levanta diversas questões, tais como: humanitárias, preocupações com os pescadores e segurança alimentar. Atualmente, encontra-se em destaque as questões ambientais sobre as políticas governamentais que atuam no sentido de acelerar o esgotamento dos oceanos.

Dessa forma, observa-se a necessidade de uma melhor regulamentação na governança dos oceanos para mitigar e punir tais infrações.

Segundo Barbosa Junior (2012), a partir do entendimento dos conceitos da Oceanopolítica, dá-se a relevância da habitação dos oceanos, sendo assim, destaca-se a importância da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). No entanto, esse conceito trata de áreas marítimas distantes daquelas “fronteiras marítimas” exploradas na Convenção, em função do tráfico marítimo estabelecer a necessidade de adoção de medidas pelo Estado, a fim de manter e conquistar seus objetivos, além de atuar para a salvaguarda da segurança da vida humana no mar e da preservação do meio ambiente. Assim,

¹⁶ O discurso completo encontra-se em: <https://news.un.org/pt/story/2020/09/1727062>. (PRESIDENTE..., 2020).

o fruto dessas medidas poderá acarretar situações de tensão nas relações entre os Estados.

Como forma de exemplificar essas situações, há os assuntos relativos à segurança nacional, à integração de países e a possíveis carências jurídicas da CNUDM e do Direito Internacional, especialmente quanto aos seguintes aspectos, segundo Barbosa Junior:

- a) a possibilidade do envolvimento de navios mercantes ou instalações marítimas em atentados terroristas, como alvos ou vetores do ataque, caracteriza séria ameaça à segurança nacional de qualquer país, devido ao potencial de destruição ser capaz de afetar importantes infraestruturas econômicas e o meio ambiente, além da perda de vidas humanas[...]
- b) a necessidade de aperfeiçoamento das pesquisas científicas e atividades marítimas, assim como dos respectivos controles de execução e dos benefícios decorrentes. A inobservância dessa necessidade pode contribuir para o aparecimento de disputas por recursos naturais, como ocorre pela posse de recursos existentes nos territórios continentais;
- c) a ocupação humana dos espaços oceânicos poderá respaldar a ampliação de direitos e deveres dos países nesses espaços, com base em uma espécie de reedição atualizada do conceito de *Utti Possidetis*[...];
- d) a regulamentação da pesca de espécies migratórias, em alto-mar. É oportuno destacar que a pesca predatória de algumas dessas espécies afeta a biomassa oceânica, o que provoca efeitos que dificultam a preservação dos recursos vivos que habitam o Mar Territorial, a Zona Econômica Exclusiva e a Plataforma Continental, onde os estados costeiros ou não, é importante repetir, possuem direitos e deveres; e...; e
- e) a importância do fortalecimento do Direito Internacional, em um cenário político-estratégico caracterizado pela existência de uma unipolaridade militar e, especialmente, por iniciativas que podem envolver conceitos fundamentais nas relações internacionais, como o de Estado, Soberania Nacional e Segurança Nacional. (BARBOSA JUNIOR, 2012, p. 217-218).

No contexto da Oceanopolítica, sob a ótica africana, ocorre uma elevada dependência da exportação de matérias-primas para outros continentes através do comércio marítimo. Com o intuito de estimular o comércio dentro do continente e de fortalecer sua unidade nas negociações globais, foi criada a Zona de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA, sigla em inglês). Cabe destacar que o bloco econômico tornou-se, geograficamente, a maior área de livre comércio do mundo (JACQUES, 2021).

Ainda segundo Jacques (2021), os envolvidos na AfCFTA precisam se empenhar para o sucesso do programa de infraestrutura portuária, a fim de se beneficiarem do dinamismo esperado pelo livre comércio. Em função da lentidão de ações nesse sentido, muito delas acarretadas pelas consequências de um 2020 de queda nas exportações, de aumento do desemprego e de crise sanitária, estima-se que mais de 95% do total de sequestros

decorrentes da pirataria foram contabilizados apenas na porção ocidental do continente. Além disso, nessa região, houve um aumento de 7% destes incidentes, comparado a 2019, enquanto no resto do mundo, esse índice decaiu.

Diante do exposto, entende-se que um maior investimento nas infraestruturas e uma maior atenção ao comércio marítimo poderiam ser uma ótima oportunidade de emprego e de renda, de incremento nas transações comerciais do continente e, acima de tudo, uma forma de mitigar os riscos à segurança marítima da região.

Encerra-se esse capítulo com o entendimento semelhante ao de Jacques (2022), no sentido de que a existência de fragilidades e de necessidades estruturais possibilitam a aproximação de agentes externos, fazendo com que a costa oeste africana seja almejada por atores do SI, face à sua importância político estratégica e aos seus recursos naturais. Como exemplo dessas vulnerabilidades, há importantes casos como o da Nigéria, maior economia subsaariana, lutando contra uma crise de endividamento no setor de energia, uma *commodity* essencial àquele país; e o da África do Sul, que sofre com graves impactos inflacionários.

É sob este argumento que no próximo capítulo, serão estudadas as relações sino-africanas, sob a ótica de Mearsheimer, e seus impactos, a fim de verificar a existência de dados que possam comprovar e servir de parâmetros para mensurar possíveis efeitos à atuação brasileira em seu entorno estratégico.

4 A ENTRADA CHINESA: DESENVOLVIMENTO E INTERESSE ESTRATÉGICO

Dada a necessidade crescente de matérias-primas, as empresas chinesas, em sua maioria estatais, passaram a correr o mundo atrás de contratos de exploração e de fornecimento com Estados produtores, aumentando sobremaneira a sua influência e o seu poder, na esfera global (ALVES, 2008).

De acordo com Visentini (2010), a China está presente no continente africano, rico em matérias-primas, principalmente, por interesses econômicos (mercados e *commodities*) e também, diplomáticos (combater a presença remanescente de Taiwan).

Em novembro de 2006, foi realizada, em Beijing, na China, a primeira cúpula China-África, com a presença de mais de quarenta líderes africanos, ocorrendo o lançamento de uma espécie de “Plano Marshall”¹⁷ chinês para o continente, através de investimentos em infraestrutura e ajuda ao desenvolvimento (VISENTINI, 2010).

Segundo Alves (2008), para obter vantagem competitiva, a China utiliza-se de diversos artifícios como a oferta de crédito de longo prazo, o cancelamento de dívidas e o oferecimento de ajuda humanitária.

Assim, neste capítulo, serão analisados os interesses e as atividades chinesas na África Ocidental, corroborando a sua percepção como palco de disputas geopolíticas e também, o relacionamento das elites dominantes com o governo, empresas e com comerciantes chineses, e, por fim, encerrando com a apresentação das relações militares entre a RPC e os Estados dessa região.

4.1 A China na África

As relações entre a China e a África foram amplificadas pelas reformas e pelo rápido desenvolvimento econômico chinês, bem como pelo fim da Guerra Fria (1947-1991), que, sob

¹⁷ O Plano Marshall (conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Europeia) foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. (LASSANCE, 2021).

o ponto de vista da teoria realista, teve sua política externa, no plano internacional, ordenada a partir da hegemonia por questões estratégicas. Antes dessa expansão, a política externa chinesa para o continente africano baseava-se na antiga disputa ideológica, primeiramente, com os EUA e com as potências coloniais europeias, e, depois, com a ex-União Soviética (ex-URSS). Assim, a China buscava parcerias que fossem alinhadas com sua posição conjuntural, bem como uma diplomacia de prestígio¹⁸ (VISENTINI, 2010).

Findada a Guerra Fria, o continente africano acabou perdendo certa importância estratégica na disputa entre os EUA e a Rússia, deixando a porta aberta para que a China entrasse no continente. Foi nesta janela histórica, conforme mencionado por Alden (2007), que a China buscou apoio de países africanos diante do Massacre na Praça da Paz Celestial¹⁹, o qual foi muito criticado pelo ocidente na época, entretanto, teve uma recepção diferente pelos governantes africanos. O ocorrido não foi visto de maneira negativa por alguns dos líderes de países africanos, que apoiaram a postura chinesa.

Diversos líderes africanos elogiaram a atitude do governo chinês, com manifestações de apoio por parte de angolanos e de namibianos, por exemplo. Diante desse evento, a China passou a enxergar a África sob outro ângulo, visualizando uma possível aliança política que lhe serviria de pilar, principalmente, nas Nações Unidas (ALDEN, 2007).

Nas palavras de Alden (2007), o episódio acabou reforçando as relações chinesas nesse continente. Após o ocorrido, diversos países africanos reconheceram a China como uma nação perante a Organização das Nações Unidas (ONU). Cabe destacar que, naquele período, a China competia com Taiwan o reconhecimento na referida Organização.

Cerca de duas décadas antes do episódio na Praça da Paz Celestial, no contexto da Guerra Fria, Pequim pautava-se em valorizar a importância da formação de parcerias com os países africanos e em conquistar o apoio deles. Como fruto dessa atuação, obteve apoio de um número considerável, fundamental para concretizar, em 1971, a transferência do assento às Nações Unidas e ao Conselho de Segurança, de Taiwan ao governo da China. Esse apoio, rendeu a famosa afirmação de Mao Tsé-tung nos círculos diplomáticos sino-africanos, de que

¹⁸ Diplomacia de prestígio – ou diplomacia de resultados, é aquela que privilegia a capacidade de manipulação política, valorizando fatores ideológicos e psicológicos. (CAMPOS, 1997).

¹⁹ No 4 de junho de 1989, o governo chinês colocou fim aos dois meses de ocupação estudantil da praça central da capital, Pequim, graças a uma violenta intervenção militar, que provocou a morte de mais de 2 mil pessoas e deixou outros milhares de feridos que protestavam contra a repressão e corrupção do governo. (DUARTE, 2014).

“foram os nossos irmãos africanos que nos levaram às Nações Unidas” (MENEZES, 2013).

4.1.1 As relações contemporâneas e o realismo ofensivo de Mearsheimer

As relações contemporâneas entre a China e a África, observadas pelas suas expressivas ligações políticas, econômicas e comerciais, estão inseridas no contexto da política externa chinesas expandidas para além da esfera regional asiática e das relações com as grandes potências (MENEZES, 2013). Segundo o autor, a diplomacia chinesa movimenta-se em direção a outros continentes, tendo, por um lado, motivações internas, como o processo de reforma/abertura e os esforços visando ao desenvolvimento socioeconômico e, por outro lado, sendo favorecido pela ordem internacional pós-Guerra Fria, buscando demonstrar e aumentar sua força.

Entre o país asiático e aqueles posicionados a oeste do continente africano são observadas relações calcadas pelo acentuado teor econômico. De forma simplificada, a parte africana constitui fonte alternativa no fornecimento de matérias-primas e de energia, e a parte chinesa oferece produtos manufaturados a preços competitivos aos mercados consumidores africanos, também em crescimento. O ponto central dessas relações econômicas é a participação chinesa no financiamento de projetos de exploração e de exportação de produtos primários, sobretudo minérios e petróleo, cuja demanda é estabelecida pela própria economia chinesa convertida em “fábrica do mundo”, como já ocorrido com a Inglaterra vitoriana e os EUA do início do século XX (MENEZES, 2013).

Em relação à presença maciça da China na disputa mundial por recursos naturais nos países africanos, conforme dados apresentados por Wang (2007), há a sinalização que, entre 2001 e 2006, as barganhas da África em relação à China aumentaram entre 80% e 90%. Países com grandes reservas em petróleo, como Angola e Nigéria, são nítidos ganhadores, em função do aumento do preço deste item, face ao incremento da demanda chinesa. No meio da balança, ficam os países sem petróleo, porém abastecidos com outros recursos naturais, cujos preços, normalmente, acompanham os de outras *commodities*.

Caminhando ao lado das relações econômicas, as ligações políticas vêm se fortificando e oferecem respaldo à concretização de projetos econômico-comerciais, muitas vezes de grande envergadura na África. O amadurecimento dessas ligações apresenta-se na formação de novas instituições, como o Foro de Cooperação China-África (FOCAC) e o Fundo de

Desenvolvimento China-África (Fundo-CAD), que canalizam iniciativas em diversas frentes e oferecem oportunidades de reuniões e encontros de alto nível. O FOCAC possibilitou a abertura de novos campos de cooperação, como nas áreas cultural, educacional, de assistência ao desenvolvimento, de cooperação técnica, em projetos que representam também, a ampliação crescente e de forma sofisticada do *soft power*²⁰ chinês na África (VISENTINI, 2010).

Nesse caminho, as relações com a África atendem, ainda, aos interesses de Pequim sobre temas da agenda internacional, na medida em que o país asiático ganha importantes apoios dos países do continente. O numeroso grupo que formam os países africanos mantém relações diplomáticas com a RPC, o qual, no âmbito do sistema das Nações Unidas em que prevalece a prática de “um país, um voto”, por exemplo, concede à China significativa base de apoio. Não menos expressivo, é o apoio que Pequim obtém dos países africanos à sua política de “uma só China”; assim, o país pode isolar diplomaticamente, Taiwan no continente africano (MENEZES, 2013), onde, atualmente, somente o Reino de Essuatíni mantém relações diplomáticas com a ilha.

No plano político-estratégico, ao que se vislumbra, os interesses essenciais da China são relativos à sua integridade territorial – questões de Taiwan e Tibete, por exemplo – e à sua organização política e econômica. Por outro lado, a África, normalmente, não alimenta debates sobre a “ameaça chinesa” ou sobre “políticas de contenção” (VISENTINI, 2010).

No discurso político-diplomático chinês, as suas relações com a África crescem baseadas na construção de uma identidade entre países em desenvolvimento, na necessidade de superar contradições e dificuldades internas igualmente comuns, além de possuir um passado habitual de repressão colonialista. Em meio à construção dessa identidade comum, a China mantém a retórica sobre suas intenções de promoção de uma relação de ganhos mútuos (“*win-win*”) entre iguais, como países em desenvolvimento, que serve também, ao propósito de despistar qualquer interpretação de exploração neocolonialista na região (MENEZES, 2013).

Em sua relação presente com a África, a China tem sua política externa pautada, desde 1954, nos “cinco princípios da coexistência pacífica” (HONG-MING, 2004, p. 235-236):

²⁰ Expressão escrita por Joseph Nye, em sua obra “Bound to lead: the changing nature of american power” (Nova Iorque: Basic Books, 1991), para denotar a habilidade e o poder de um Estado em cooptar e atrair os demais para agirem de acordo com o seu interesse, em lugar de empregar a coerção e a ameaça.

1. respeito mútuo da soberania e da integridade territorial;
2. não-agressão mútua;
3. não-ingerência nos assuntos internos;
4. igualdade e vantagens recíprocas; e
5. coexistência pacífica.

Entre esses princípios estabelecidos, destaca-se, hoje, a não interferência em assuntos internos, que serve ao propósito de justificar a não imposição de condicionantes ao oferecimento de cooperação econômica. A China não estabelece, por exemplo, qualquer vínculo entre seu oferecimento de cooperação e as mudanças internas por parte dos governos africanos de condições políticas e sociais, tais como respeito aos direitos humanos, liberdades civis, combate à corrupção, considerados como assuntos internos de cada país (MENEZES, 2013).

Segundo Menezes (2013), esse *status quo* favorece e torna a relação China-África mais atraente, em função de que os países desenvolvidos e os principais organismos internacionais doadores apresentaram suas condições ou contrapartidas, à oferta de cooperação aos países africanos.

Após discorrer sobre todas essas vantagens e essas oportunidades disponibilizadas pela China ao continente africano, faz-se necessário observar, conforme Xavier (2020a), que “nem tudo são flores”.

Em que pese naquele continente, a China estar proporcionando, a diversos Estados, uma gama de negócios vantajosos para incrementar as suas infraestruturas, destacando-se os setores de transportes, de energia e de telecomunicações, nos quais existem cláusulas contratuais que estipulam, em determinados casos, que, segundo Xavier (2020a), se o devedor não cumprir com o pagamento de sua dívida, a China poderá explorar o investimento realizado ou receber *commodities* que lhe interessa, como ocorrido na Venezuela, que paga com petróleo.

O que se configura é que essas parcerias afetam e diminuem o desempenho protagonista estadunidense no cenário internacional, corroborando pelos objetivos chineses de expandir a sua influência no mundo, o que vem incomodando os EUA. Nesse sentido, o *modus operandi* chinês, ou *soft power*, tem sido conhecido como a "diplomacia da armadilha da dívida" (*debt trap diplomacy*). A China se recusa a afirmar que utilize esse tipo de atitude, no entanto, diversos governos têm questionado e desconfiado dessas intenções. Em uma pior prospectiva, alguns analistas alegam que determinadas injeções de recursos financeiros

poderiam ser utilizadas pela Marinha da China a assumir uma presença global, conforme já visualizado em Djibouti (XAVIER, 2020a).

Nesse contexto, pode-se concluir que, a partir do século XXI, as relações da China com a África voltam-se para oportunidades de cooperação com vistas ao desenvolvimento econômico, associado à política chinesa de abertura ao exterior e ao aproveitamento dos benefícios da globalização, tendo como principal motor do relacionamento as trocas comerciais e os investimentos chineses na África.

Nesse ponto, é possível traçar um paralelo com a definição do poder latente, exposta no item 2.1.2, em que a RPC vem buscando os ingredientes socioeconômicos visando à construção militar do seu poder.

Retornando ao terceiro princípio, esse tem contribuído para que Pequim trate economicamente com regimes autocráticos ou com democracias frágeis, muitas vezes, isolados pelas potências ocidentais. Nesses regimes, há uma característica comum, que é a dependência de suas economias em uma ou poucas *commodities*, em que a elite governante domina a exploração (ALDEN, 2007).

A postura chinesa, segundo Almeida (2012, p. 59):

[...] é frequentemente criticada, em especial no Ocidente, por mascarar o relacionamento com grupos dominantes em países sem instituições democráticas consolidadas. O apoio chinês contribuiria, assim, para fortalecer a base de poder desses grupos e, conseqüentemente, a sua capacidade de dissuadir ou derrotar eventuais opositores. Nesse sentido, as relações econômicas “sem condicionantes” acabam por estimular a instabilidade política nesses países, aumentando a capacidade de repressão governamental, por um lado, e a insatisfação popular e movimentos organizados de resistência, por outro. Esse tem sido o caso na Nigéria, às voltas com forte movimento separatista no delta do Rio Níger e ações de pirataria e ataques armados ao tráfego marítimo a partir de suas costas.

As insatisfações populares, em alguns casos, são direcionadas à própria presença chinesa, ao invés dos governos apoiados pela RPC, em razão da queda de emprego e do decréscimo da economia desses países. Acusações pelo descumprimento da legislação trabalhista quanto a salários mínimos e a horas de trabalho, substituição de mão de obra local por trabalhadores importados da China, têm sido feitas a empresas chinesas por diversos sindicatos, por Organizações Não-Governamentais (ONG) e por partidos de oposição (ALDEN, 2007).

Outra razão de indignação tem sido o encerramento das atividades nas manufaturas e nos comércios de pequeno porte, em virtude da concorrência de produtos chineses a baixíssimo custo. Segundo Alden (2007), a economia não conseguiu evitar o fechamento de

80% das fábricas e a demissão de 250 mil trabalhadores na Nigéria. Como descrito por Dobler (2007) e constatado, pessoalmente, em Walvis Bay, os comerciantes chineses são, muitas vezes, julgados como competidores desleais e, até mesmo, novos imperialistas pela população local.

Encerrando essa visão geral sobre como estão sendo estabelecidas as trocas supracitadas, resumida por Xavier (2020a), como o emprego do *soft power* chinês, com a intenção de buscar alternativas para o seu crescimento econômico, bem como aumentar a sua influência econômica e militar no mundo, em detrimento aos EUA. Essa postura é amplificada pela era da competição vivida pelas grandes potências e no meio de uma "Guerra Fria" sino-estadunidense.

De acordo com Menezes (2013), a demonstração da política chinesa, com a ampliação das relações com a África, pode ser vinculada ao projeto chinês como potência global que conta com robusta economia e com ampliada presença política em esferas internacionais.

Assim pode-se ver que a intensificação dessas relações, nas quais a China coloca-se como parceira relevante, ocupando espaços econômicos e políticos antes reservados às potências tradicionais, caminha no sentido da obtenção de um maior poder latente e servindo, também, ao projeto de ascensão chinesa, buscando alcançar o *status* de *hegemon*.

Nesse sentido, acredita-se que a postura chinesa atual, inserida no contexto ora exposto, tenha características passíveis de serem correlacionadas com os pressupostos básicos da teoria realista ofensiva, explicitados no capítulo 2, e, dessa forma, é possível traçar uma correlação entre o pensamento de Mearsheimer e a referida postura.

Findadas todas as interações, é importante voltar à segurança. Para assegurar o desenvolvimento da África Subsaariana, é necessário garantir a segurança das Linhas de Comunicação Marítimas (LCM), assim como a integridade no transporte de recursos minerais que transitam na região.

Em virtude dessa necessidade, aliada à carência na área militar de determinados Estados africanos, a necessidade por equipamentos militares é evidenciada. Segundo Jacques (2023), atores como China, Índia e Rússia destacam-se enquanto fornecedores de armas. Entre 2010 e 2021, a China respondeu por 22% dos US\$ 9,32 bilhões em exportações totais à África Subsaariana.

Essas relações são preocupantes para o Brasil em seu entorno estratégico por diversos motivos. Alguns deles, tais como as ameaças aos acordos de cooperação na área de defesa

com os países membros da ZOPACAS serão abordados no próximo capítulo. Outro ponto que carece de atenção é o resultado do somatório de políticas internas ainda não tão bem definidas, com o armamento de grupos internos, o que poderá acarretar em um quadro de instabilidade nessas regiões.

Diante desses dados, no próximo item, serão destacadas as atividades no campo militar.

4.1.2 Relações militares

De acordo com o livro branco *China's Policy to Africa*, lançado em 2006, é possível observar a relevância da cooperação sino-africana no campo militar e de segurança. O documento salienta que a RPC realiza intercâmbios militares de alto nível, além de desenvolver a cooperação na área ligada a tecnologias militares. Assim, como no campo econômico, a China oferece ajuda a países africanos em matéria de treinamento de pessoal e de apoio a construção de forças de defesa, a fim de atuar na segurança dos países africanos.

O Livro também ressalta o compromisso chinês em apoiar a UA e as operações de paz das Nações Unidas no continente africano. Especificamente, o Exército de Libertação Popular (PLA) mantém, por sua vez, amplo programa de intercâmbio militar com diversos países, entre os quais os africanos, oferecendo treinamento de pessoal e assistência e promoção de equipamentos (MENEZES, 2013).

De acordo com Menezes (2013), durante as reuniões do FOCAC, em especial a Declaração de Pequim (FOCAC, 2006), foram gerados documentos em referência à intensificação da cooperação com vistas a responder às ameaças, tradicionais ou não, à segurança no cenário africano.

O relacionamento na área militar entre a China e os países africanos remonta aos anos 1960 e 1970, nos quais a RPC atuava no sentido de prestar apoio à independência e aos movimentos revolucionários na África, contudo tem sido verificado, mais especificamente a partir dos anos 90, uma clara mudança de foco. A partir deste século, as relações sino-africanas, no campo militar, estão voltadas para garantir o acesso a matérias-primas e a energia fornecidas pelos países africanos, face aos novos interesses e prioridades de Pequim (MENEZES, 2013).

Esse novo modo de agir chinês é traduzido em termos de uma estratégia direcionada

ao encorajamento da estabilidade nos países africanos fornecedores ou que possuem potencial de fornecer petróleo e matérias-primas ao país asiático. Dentre esses, enquadram-se os países ligados ao EEB, tais como Angola, Nigéria e Guiné Equatorial – fornecedores de petróleo; África do Sul e Gabão – fornecedores de minerais e metais de base; Gana, Namíbia e República Democrática do Congo – fornecedores de outros produtos primários (MENEZES, 2013).

Por parte de analistas militares, há uma concordância em relação ao interesse da RPC em constituir, no longo prazo, uma marinha de guerra oceânica, como alguns dizem *blue-water navy*, a fim de atuar também, na proteção das LCM, que ligam a China ao Oriente Médio e à África, essenciais para o transporte dos produtos africanos até os portos chineses, ou seja, corroborando a preocupação chinesa pela segurança de suas rotas comerciais.

Conforme consta no último livro branco publicado pelo Conselho de Estado sobre Defesa (CHINA, 2009), *China's National Defense*, há uma clara afirmativa pelo Governo de que sua Marinha:

Tem se esforçado para melhorar de todas as formas sua capacidade de operações integradas em *offshore*, de dissuasão estratégica e de contra-ataques estratégicos, e de desenvolver gradualmente, sua capacidade de conduzir operações em águas distantes e de conter ameaças não tradicionais à segurança, de modo a avançar no incremento de seus serviços. (MENEZES, 2013, p. 143).

Conforme cresce a influência chinesa na África, desperta a preocupação no EEB, face a disputa geopolítica entre grandes potências, principalmente, EUA e China, e a preocupação quanto à liderança da região pelo Brasil. Nesse caminho, existe a intenção chinesa de estabelecer-se em Angola, assim como ocorrem negociações com a Namíbia para a instalação de base militar, ambas sendo voltadas para o controle das comunicações marítimas de interesse, além de servirem como base para operações estratégicas de aeronaves e logística (XAVIER, 2020a).

Cabe ressaltar, que no próximo capítulo, serão analisadas as implicações para o Brasil de toda essa gama de atividades entre China e África Ocidental em diferentes campos.

Outra relevante questão afeta a área de segurança para a China na África, segundo Menezes (2013), são as agressões a nacionais chineses, principalmente, em zonas de conflito, à medida que aumentam as relações do país asiático naquele continente. Os seguintes acontecimentos, em que pesem não terem ocorridos nos países localizados na área deste desenho de pesquisa, indicam que as empresas chinesas devem reavaliar seus projetos:

ataques a instalações petrolíferas chinesas entre Darfur Sul e Kordofan Oeste, no Sudão, por grupos rebeldes; o sequestro de um executivo chinês do setor mineral, forçando sua empresa a abandonar atividades no norte do Níger; e o ataque de grandes proporções a instalações e pessoal chineses, na região de Ogaden (Etiópia), em 2007, no qual nove cidadãos chineses e outros sessenta e cinco etíopes foram vítimas fatais em ataques do grupo somali Frente Nacional de Libertação de Ogaden a instalações da Sinopec²¹.

Estima-se que as relações sino-africanas no campo militar deverão ser intensificadas, caminhando na mesma velocidade em que crescem os interesses econômico-comerciais do país asiático na África. Assim, é provável que os contatos e os entendimentos bilaterais de alto nível, os intercâmbios técnicos, o comércio de equipamentos, entre outros componentes da cooperação na área de defesa e de segurança, tornem-se mais frequentes entre a China e a África (MENEZES, 2013).

Da mesma forma, há perspectivas de que a participação da China em operações de paz da ONU e da UA na África tenham um engajamento progressivo, devido aos interesses chineses na região, assim como há a tendência que a RPC assuma responsabilidades maiores em questões internacionais, em razão de sua condição de potência emergente (MENEZES, 2013).

Diante dos fatos e das análises anteriores, é possível concluir que a RPC atua de forma estratégica visando assegurar o acesso aos recursos naturais africanos, ao mesmo tempo em que almeja sua hegemonia e preponderância no SI, postura em sintonia com a teoria de Mearsheimer, tendo inclusive, associado-se a regimes frágeis, contrapondo-se e desagradando aos anseios dos nativos.

Como consequência, é possível que ocorra um aumento da instabilidade interna e das ameaças ao ambiente de segurança da região. Na esfera militar, as atividades vêm se incrementando e adequando-se para combater as ameaças existentes em um palco geopolítico, que é muito importante aos interesses estratégicos brasileiros.

Isto posto, será apresentada, no próximo capítulo, a importância da costa ocidental da África para o Brasil e as implicações da entrada, da manutenção e do incremento da presença chinesa na África, principalmente, no ambiente de segurança do EEB.

²¹ Sinopec é uma empresa de energia chinesa e fornecedora de produtos químicos e derivados do petróleo, com experiência em exploração on-shore e off-shore de óleo cru e gás natural, processamento, refino, distribuição, transporte e comercialização. Disponível em: <http://www.sinopecgroup.com/group/en/>.

5 IMPLICAÇÕES DA EXPANSÃO DA PRESENÇA CHINESA NA ÁFRICA PARA O BRASIL

No EEB, o Poder Naval²² possui um importante papel em apoio à PEB, tendo destaque no Atlântico Sul e na costa ocidental da África.

Assim, este capítulo iniciará com a sucinta apresentação da relevância dessas regiões, logo em seguida, apresentará as iniciativas voltadas à cooperação na área de defesa do Atlântico Sul e alguns relacionamentos que demonstram o Poder Naval como importante variável para promover e para proteger os interesses do Estado. Na última seção, por ser o cerne desta pesquisa, serão apresentadas as implicações da expansão chinesa na África Ocidental, com ênfase no ambiente de segurança em destaque.

5.1 A importância do Atlântico Sul e da Costa Ocidental da África para os interesses brasileiros

Nos estudos de oceanopolítica, conforme consta no item 3.3, o Atlântico Sul exerce fundamental importância para o destino da população brasileira, assim como para as relações de poder do país com outros Estados e com os demais atores internacionais.

Nos campos marítimos (ANDRADE, 2023), ocorre a exploração de cerca de 97,7% do petróleo e 84,6% do gás natural brasileiros, e pelas rotas no mar, mais de 95% do comércio exterior é escoado. A indústria da pesca exerce importante papel na economia nacional, com a geração de alimentos e de empregos, sem contar com as inúmeras atividades econômicas como a extração de sal, o turismo e a recreação, acrescido das enormes potencialidades inexploradas em recursos minerais e na geração de energia. Outro ponto em destaque, inserido em um mundo globalizado e conectado, é a presença de cabos submarinos, por onde flui o tráfego de dados responsável por quase toda a comunicação com o mundo (BARBOSA

²² Poder Naval é um dos componentes da expressão militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando a contribuir para a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais de Defesa, identificados na Política Nacional de Defesa (PND), conforme as diretrizes estabelecidas pela Estratégia Nacional de Defesa (END). (BRASIL, 2017).

JUNIOR, 2012).

Dessa forma, a costa ocidental da África, também interligada a esse tão importante Atlântico Sul, carece, por conseguinte, de atenção prioritária das políticas externa e de defesa brasileiras.

Em função da magnitude dessa importância, a atual PDN estabelece, dentre outras, o Atlântico Sul e os países da costa ocidental africana como áreas de interesse (BRASIL, 2020c).

Nesse viés, infere-se que é interessante que tais áreas permaneçam livres de tensões internacionais, visando a evitar interferência nos objetivos nacionais²³.

5.2 A cooperação em defesa com a África Ocidental

O Brasil, tradicionalmente, realiza iniciativas com países do continente africano no âmbito da cooperação internacional em defesa. Tendo em vista a janela temporal e a necessidade de síntese deste trabalho, será dada ênfase ao período entre 2003 até os dias atuais, pois vem sendo o de maior incidência dessas atividades.

O crescimento das iniciativas de cooperação do Brasil com países africanos esteve inserido em um período de acentuado afro-otimismo, quando várias potências tradicionais e emergentes estavam interessadas em estabelecer ou em manter relações com os países do continente africano. Como resultado, a capacidade de barganha desses países cresceu, por um lado, dando-lhes mais opções de escolha e, por outro, deu fôlego à proliferação de iniciativas bilaterais e multilaterais de cooperação na região (COSTA, 2017).

Para dimensionar esse avanço, o comércio brasileiro com os Estados africanos passou de cerca de US\$ 4,3 bilhões em 2000, para US\$ 28,5 bilhões, em 2013 (ROSÁRIO, 2015). No rumo do crescimento do comércio e do afro-otimismo, estiveram inseridas, também, as iniciativas de cooperação em defesa e muitas delas vislumbraram, naquele momento, uma oportunidade para a expansão de negócios para as empresas brasileiras, do setor de defesa, no continente africano (COSTA, 2023).

²³ Objetivos Nacionais (ON) são aqueles que a Nação busca alcançar, em decorrência da identificação de necessidades, interesses e aspirações, ao longo das fases de sua evolução histórico-cultural. Podem ser divididos em Objetivos Fundamentais, de Estado e Governo. (ESG, 2022, p. 21).

As iniciativas brasileiras de cooperação em defesa, segundo Costa (2023), podem ser mapeadas em: acordos-quadro de cooperação em defesa; acordos de treinamento militar e de exercícios militares; e aquelas desenvolvidas no âmbito dos fóruns de articulação política, como a ZOPACAS.

Dentro do primeiro campo, Costa (2023) exemplifica a assinatura de um Acordo de Cooperação Naval pelo Brasil com a Namíbia (ACNBN) em 2009 que, desde então, fez com que o Brasil se tornasse o principal fornecedor e parceiro no treinamento da Marinha daquele país.

No que tange a este acordo, o Brasil vem exercendo um papel de destaque na formação dos oficiais e dos praças namibianos. Seja em Walvis Bay, local onde a MAN e o Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN) mantêm suas atividades, ou em território brasileiro, até 2021, já haviam sido formados um total de 931 praças e mais de 1.000 oficiais (BRASIL, 2021). Resumidamente, tanto a MAN quanto o GAT-FN revestem-se de importância para o fortalecimento das relações bilaterais entre esses Estados.

Além desse acordo, conforme consta em base de dados do Itamaraty, o governo brasileiro possui as seguintes parcerias em cooperação em defesa com países da costa ocidental africana: África do Sul (2003); Guiné-Bissau (2006); Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Angola (2010) e Cabo Verde (2016), as quais são sintetizadas no ANEXO I (COSTA, 2023).

Ainda de acordo com Costa (2023), um segundo campo da cooperação em defesa envolveu o treinamento de militares e a realização de exercícios militares. Nesse quesito, entre 2002 e 2014, 1900 oficiais dos países africanos do Atlântico Sul receberam instrução em instituições militares brasileiras²⁴.

Cabe aqui pontuar que os acordos supracitados estão em consonância com a PND (2020), na qual tais iniciativas podem ser enquadradas como Objetivos Nacionais de Defesa (OND) VII e VIII²⁵.

No que tange aos exercícios militares combinados²⁶, houve um acréscimo no espaço sul do oceano Atlântico, o que reforça também, a centralidade estratégica dessa região para

²⁴ Dados extraídos da *Policy Brief*. (COSTA, 2023).

²⁵ OND VII - Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais.

OND VIII - Incrementar a projeção do Brasil no Concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais. (BRASIL, 2020c).

²⁶ Operação empreendida por elementos ponderáveis de Forças Armadas Multinacionais, sob a responsabilidade de um comando único. (BRASIL, 2015).

o Brasil. Como exemplos, há a realização do exercício IBSAMAR (Índia – Brasil – África do Sul), que possui o seu histórico de atividades demonstrados no ANEXO J (COSTA, 2023), e do “*Grand African NEMO*”, envolvendo diversas Marinhas, com foco na cooperação em treinamento com as Marinhas Amigas dos países da costa ocidental africana para a segurança marítima da região marítima do Golfo da Guiné (GoG)²⁷ (BRASIL, 2019).

Outro ponto de grande valor, é participação brasileira em operações de paz em território africano. De acordo com o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN, 2020), “o Brasil participa de missões de paz da ONU desde 1947, tendo já contribuído com mais de 58 mil militares e policiais, inclusive, integrando operações na África (Angola, Congo, Etiópia, Costa do Marfim, Libéria, Moçambique, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Saara Ocidental, Síria, Senegal, Sudão, Sudão do Sul e Uganda/Ruanda).

Como último campo, ocorrem as iniciativas de cooperação em defesa nos fóruns de articulação política, como a ZOPACAS (COSTA, 2023).

Contudo, inúmeros são os desafios e as ameaças presentes nos Domínios Marítimos do Atlântico Sul. Dentre eles, merecem atenção:

[...] o crime transnacional organizado; a pesca ilegal não-declarada e não-regulamentada; catástrofes naturais e a degradação de meio ambiente marítimo, provenientes das alterações climáticas; pirataria; a escassez e/ou má manutenção de instrumentos de ajuda à navegação e levantamentos hidrográficos modernos, entre outros. (COSTA, 2023, p. 22).

Almeida (2012) sintetiza o emprego do poder naval por meio dos exercícios realizados com Marinhas africanas, pelas ações de presença nos portos e, principalmente, pelos diversos acordos citados. Ressalta, também, que tal contribuição poderá ir ao encontro da consecução dos Objetivos Nacionais na África.

Após reforçar a importância geoestratégica do Atlântico Sul para o Brasil e visualizar as principais ameaças que estão inseridas nesse espaço, é possível certificar que o estabelecimento de um ambiente de paz e cooperação está, intimamente, ligado aos interesses do País, na medida em que contribui para a preservação de suas atividades econômicas, em especial, para a manutenção da segurança marítima.

Isto posto, conforme estudado no capítulo anterior, entende-se que o aumento da presença militar chinesa, direta ou indiretamente, nos países lindeiros da costa ocidental da

²⁷ Os países que fazem parte do Golfo da Guiné são: Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial e Gabão (parte norte), além de São Tomé e Príncipe. (XAVIER, 2020b).

África poderá gerar efeitos imprevisíveis sobre a estabilidade e a segurança regionais. Somado a esses efeitos, há, ainda, as ameaças geradas pelo crime transnacional e pela pirataria, como ocorreu no GoG (LESSA, 2012).

5.3 Desdobramentos da expansão chinesa na África Ocidental à influência do Brasil no seu entorno estratégico

Ao abordar as implicações da expansão chinesa na África ocidental para a influência brasileira em seu entorno estratégico, cabe lembrar os ensinamentos da teoria realista ofensiva, os quais mostram o desejo das grandes potências em ter um poder ilimitado e de tornarem-se os Estados mais poderosos, para ajudar a entender que os diversos artifícios utilizados pela China, expostos no capítulo anterior, estão voltados à obtenção da maximização do poder.

Como desdobramentos da postura chinesa naquele continente, serão expostos alguns reflexos para os campos de segurança, de cooperação e econômico brasileiros, porém esse último está, intimamente, ligado às relações de poder latente de um Estado.

Pensando em segurança, é importante lembrar o quadro de instabilidade interna dos Estados africanos, à margem do oceano Atlântico, que pode ser incrementado pelo apoio chinês às suas elites governantes. De acordo com Almeida (2012), essas elites são supridas, financeiramente, pela RPC, em troca da exploração de *commodities* locais. Dessa forma, há um fortalecimento político e militar dessas classes no poder, ao mesmo tempo gerando insatisfação popular e questionamentos sobre a legitimidade desses regimes. Contudo, o que se pretende analisar é o impacto à segurança a nível regional que esse processo cíclico pode gerar.

No viés traçado pela teoria realista ofensiva, a China vem intensificando a sua presença militar, em busca de projetar seus interesses na região e de dissuadir futuros atos de violência. Tais demonstrações podem ser visualizadas tanto pela visita de navios chineses em portos da costa oeste africana, como exposto pela emissora turca “TRT World”, em que uma frota naval do Exército Popular de Libertação (ELP), capitaneada pelo contratorpedeiro “Nanning”, atracou na Nigéria em julho de 2023, tendo sido expressado pela Marinha nigeriana a

disposição para trabalhar com a China em busca de enfrentar as ameaças à segurança marítima e de manter a estabilidade no GoG , como também, pelo engajamento de tropas chinesas em operações de paz no continente, conforme visto no capítulo anterior.

Em um possível cenário de agravamento da percepção de ameaça aos seus interesses, é possível visualizar o emprego das Forças chinesas, seja de forma unilateral, nos casos mais graves, intensificando o quadro de instabilidade na costa ocidental africana e na área do Atlântico Sul, ou sob a égide de organismos internacionais (ALMEIDA, 2012).

Para sintetizar esse processo cíclico, no qual o cenário interno alimentado pela presença chinesa afeta, diretamente, à segurança a nível regional, há de observa-se o diagrama de blocos, exposto no ANEXO K, conforme apresentado por Almeida (2012).

No que concerne à segurança em seus ambientes marítimos em face ao aumento das ameaças, a preocupação e as medidas tomadas pelos Estados africanos com esta finalidade tendem a elevarem-se. Naturalmente, em caso de não haver meios próprios ou apoio em nível regional, tais Estados poderão recorrer às potências exógenas à região para suprir tal necessidade (ALMEIDA, 2012).

Conclui-se que, nesse contexto, a China poderá apresentar-se, mediante as já conhecidas facilidades oferecidas, para exercer um papel de destaque na manutenção de um quadro de estabilidade regional.

A região do GoG representa grande relevância para a produção de petróleo para o Brasil, sendo a Nigéria um dos países onde é importado boa parte desse produto. Assim, um ambiente de insegurança, com atos de pirataria e de crimes transnacionais, que naquele Golfo ocorreram há algum tempo, obviamente, impactará no valor do frete marítimo para o transporte do petróleo proveniente dessa região (XAVIER, 2020b).

De acordo com o ANEXO L, percebe-se que a África ocidental se destacou negativamente, na insegurança marítima entre 2015 a 2018. É notável, segundo Xavier (2020b), que os países do GoG não possuem uma coordenação eficaz para promover a segurança marítima e, com isso, começa a haver um incremento da militarização no Atlântico Sul por parte de outros governos, visando a proteger os seus interesses nacionais.

Por se tratar do EEB, não há interesse geopolítico brasileiro na militarização dessa área. Dessa forma, se o Brasil vislumbra ter protagonismo na sua área de influência, o apoio ao combate a tais ilícitos em cooperação com os países dessa região seria fundamental para a projeção do país junto aos governos locais, bem como no cenário internacional (XAVIER,

2020a).

Da mesma forma, percebe-se que a atuação do Brasil nessa conjectura é uma excelente oportunidade de o país ser elevado a principal ator, sob a condução do seu Poder Naval para solucionar ou para contribuir para mitigar as ameaças, o que poderá projetá-lo, ainda mais, como potência regional no Atlântico Sul.

Com relação aos diversos acordos de cooperação firmados pelo Brasil na África Ocidental, deve-se pensar em um cenário no qual poderá ocorrer uma subjugação desses diante da investida chinesa naquele continente. A venda de meios navais, como a do NAPLog “Elephant” à MN, a formação de oficiais namibianos nas escolas militares chinesas, conforme consta no item 3.1, e a possível construção de bases navais em alguns países signatários da ZOPACAS (observado no item 4.1.2), pertencentes ao EEB, representam riscos a serem avaliados pelo Estado brasileiro.

Por fim, cabe aqui destacar as implicações das relações sino-africanas no campo econômico, por entender que elas podem afetar, diretamente, as diversas parcerias brasileiras em defesa com a África ocidental.

A participação de grandes empresas chinesas, em sua grande maioria estatais, especialmente, no setor de extração de recursos naturais e de construção de infraestrutura, contribuirá para o crescimento econômico dos países africanos. Em contrapartida, haverá uma maior competição, com agentes locais e com agentes de terceiros países, alterando a atuação tradicional (MENEZES, 2013).

Ainda segundo Menezes (2013), o Brasil e a China colocam-se como concorrentes nesse mercado, por disporem de grandes empresas no setor de mineração, de energia e de construção civil. Nesse sentido, seria possível antever um “acirramento das disputas por recursos naturais” envolvendo empresas desses Estados.

Dentre esses recursos, o setor agropecuário é um campo de potencial competição. A limitada área agriculturável chinesa e a carência de recursos, notadamente de água, devem impor uma limitação à expansão agrícola chinesa. Com isso, a expansão de atividades no setor agrícola por parte da China na África poderá criar outra competição com o Brasil, que possui um cenário de crescimento de negócios em tal setor naquele continente (MENEZES, 2013).

De forma geral, pode-se concluir que é evidente que as propostas atraentes de financiamento de projetos oferecidos pela China as inserem em vantagem competitiva com as empresas brasileiras. Nesse rumo, as linhas de crédito abertas pela China funcionariam

como a “armadilha da dívida”, como explicado no capítulo anterior.

Nesse aspecto, há de se vislumbrar um aumento da atuação de empresas pesqueiras chinesas no Atlântico Sul, não somente em prol de seus acordos político-econômicos, mas também realizando pesca ilegal não-declarada e não-regulamentada no EEB.

Diante dos desdobramentos citados, da importância do Atlântico Sul e da manutenção da cooperação em defesa com os países africanos pertencentes a ZOPACAS, infere-se que é necessário que o Brasil possua condições de acompanhar o que acontece em seu entorno estratégico, notadamente, a questão de segurança e de defesa face às investidas chinesas na costa oeste da África, e que tenha capacidade de contribuir para este fim.

Outrossim, por ter o Atlântico Sul como o que separa o Brasil da costa ocidental africana, conclui-se que a MB possui um papel relevante na manutenção dos objetivos nacionais do Brasil nessa parte do seu entorno estratégico.

6 CONCLUSÃO

A pesquisa empreendida se propôs, inicialmente, a entender as relações sino-africanas no século XXI, em especial, com os Estados da costa ocidental africana. Por conseguinte, procurou-se responder à questão proposta por esse estudo, a fim de evidenciar as possíveis dimensões que esse relacionamento pode afetar a influência do Brasil em seu entorno estratégico.

Memorando a teoria realista ofensiva das relações internacionais apresentada no capítulo 2, proposta por John J. Mearsheimer (2001), inicia-se a conclusão afirmando que a característica anárquica do SI é uma oportunidade à postura chinesa em expandir a sua presença e a influência geopolítica no continente africano, visando a contribuir para o atingimento de seus interesses nacionais e para o acúmulo de poder.

Com os pressupostos fornecidos por Mearsheimer (2001), no que tange à competição pelo poder, foi possível entender e formular as análises nos capítulos 3 e 4, nas quais foram apresentadas as especificidades da costa oeste africana e como a política externa chinesa para a África está voltada para a maximização do poder, como por exemplo a questão histórica envolvendo o reconhecimento de Taiwan.

No capítulo 3, visualizou-se que, embora o continente africano esteja buscando sua reestruturação e uma nova inserção no sistema mundial do século XXI, valendo-se de iniciativas estratégicas, tais como a UA, NEPAED e a AfCTA, os problemas de governança e de deriva da geopolítica do petróleo são preocupantes. Em alguns Estados, como nos casos de Nigéria, Angola e Sudão, os conflitos internos contribuem para amplificar esses pontos negativos. Além disso, a existência de vários países endividados, hipotecando seus recursos e de “mãos atadas” diante das multinacionais do petróleo, expõem mais algumas de suas vulnerabilidades.

Outrossim, observou-se que a importância político - estratégica e os recursos naturais, somados às fragilidades destacadas e às necessidades estruturais, possibilitam a aproximação de agentes externos, fazendo com que a costa oeste africana seja um palco de interesses geopolíticos para potências externas, em especial à RPC, e que pode se refletir sob várias vertentes para o Brasil.

Além disso, fruto de estudo constante no capítulo 4, verificou-se que a expansão

chinesa na África ocidental apresenta uma série de artifícios como: a oferta de crédito de longo prazo, o cancelamento de dívidas, o oferecimento de ajuda humanitária e as boas relações com as elites governantes, de modo a assegurar o acesso a importantes recursos naturais, ou seja, evidenciando uma forma sofisticada do *soft power* chinês na África. Nesse ponto, cabe adicionar a importância dessa aliança política para servir como pilar para a China, principalmente, perante a ONU.

Logo, em função da forma chinesa de agir no tabuleiro geopolítico, também comparada à “diplomacia da armadilha da dívida”, em um pior cenário no qual os países não tenham condições de arcar com as cláusulas contratuais perante a China, poder-se-á contribuir para a Marinha daquele país assumir uma presença mais acentuada, conforme já visualizado em Djibouti.

Contudo, percebe-se que o fortalecimento do poder das elites locais acaba por estimular a instabilidade política nesses países, aumentando a capacidade de repressão governamental, por um lado, e a insatisfação popular e os movimentos organizados de resistência, por outro, em que se pode citar o exemplo nigeriano, no qual houve um forte movimento separatista, atos de pirataria e ataques armados ao tráfego marítimo a partir de suas costas.

Ademais, tendo em vista a necessidade de proteção das LCM que ligam a China à África e da agressão a nacionais chineses em zonas de conflito, verifica-se que a RPC vem realizando ações de presença com seus meios navais e oferecendo ajuda a países africanos em matéria de treinamento de pessoal e de apoio para construção de forças de defesa, além de ter demonstrado a intenção de construir uma base naval em Angola e na Namíbia. Nesse viés, infere-se que tais posturas encontram-se alinhadas com a busca pelo *status* de *hegemon*, com vista da China ter o potencial para alterar a configuração do poder mundial.

De forma geral, conclui-se que a política da China para o continente africano engloba diversos setores, atuando de forma coordenada para envolver os países com menor poder econômico e buscar seus interesses. A forte presença de empresas chinesas e a influência militar chinesa na Namíbia são resultados dessa política, cujas manifestações podem ser visualizadas nas obras de infraestrutura, pela venda à NN, em condições favorecidas do NApLog “Elephant” e pela formação de oficiais namibianos na China.

Após todo arcabouço de conhecimentos, o último capítulo de desenvolvimento propôs-se, portanto, a estabelecer as implicações da expansão chinesa nessa região para o

Brasil. Inicialmente, buscou-se enfatizar a relevância do Atlântico Sul, da costa ocidental africana e da cooperação em defesa com países africanos para os interesses brasileiros.

A política brasileira para o Atlântico Sul tem como propósito mantê-lo como uma zona de paz e cooperação, livre de ameaças externas às relações com os vizinhos ultramarinos, como demonstrou a declaração da ZOPACAS. Por ser este um espaço, predominantemente, marítimo, viu-se que o poder naval é um instrumento essencial no apoio àquela política.

Dessa forma, constata-se que a expansão chinesa na África traz desdobramentos à influência do Brasil, em seu entorno estratégico, para as esferas econômicas e de defesa. No campo econômico, verifica-se a competição desvantajosa para as empresas brasileiras e a conseqüente perda de influência no continente africano. Nesse campo, há de se vislumbrar a atuação de empresas pesqueiras chinesas realizando pesca ilegal não-declarada e não-regulamentada no EEB.

Na esfera da Defesa, vislumbram-se implicações para o poder naval do Brasil em dois pontos. O primeiro está ligado à contribuição para a instabilidade da segurança regional, relacionado, também, com o aumento de atos de pirataria e de crimes transnacionais em algumas regiões. O segundo ponto, ao desempenhar uma atuação mais incisiva no campo militar, poderá, assim como no campo econômico, promover o desinteresse pelos acordos de cooperação com o Brasil e diminuir a importância da ZOPACAS.

Conclui-se, dessa forma, atingindo o objetivo que esta pesquisa se propôs, afirmando que a expansão chinesa na África, com seu poder econômico e militar poderá trazer reflexos ao Brasil, em especial, à MB, que atua em prol da segurança regional de entorno estratégico.

Adicionalmente, demonstra-se a percepção positiva obtida nos dois anos trabalhando em prol do crescimento e do fortalecimento da MN. Essa forma de cooperação, se mantida e incrementada, associada a iniciativas adequadas em outras áreas, poderá aprofundar a confiança mútua, incentivar nossas exportações, promover uma maior inserção brasileira naquele continente e contribuir, por fim, para a estabilidade da segurança no EEB.

Ao finalizar este trabalho, são apresentadas como possíveis sugestões, a realização de tratativas junto ao nível político-estratégico para inserir novas MAN ou adidâncias em países da costa oeste africana, como Angola ou Nigéria, incrementando o efetivo de militares nas que já existem, realizando operações combinadas e visitando os portos africanos com navios da MB. Reiterando, por fim, que essas sugestões estão voltadas à antecipação e à dissuasão de cenários adversos e ao aumento da cooperação entre países.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS (Brasil) (ANP). **Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural**, Brasília DF, n. 152, abr. 2023.

ALDEN, Chris. **China in Africa: partner, competitor or hegemon**. London: Zed Books, 2007.

ALMEIDA, Claudio Henrique Mello de. **A presença da China na Costa Ocidental da África: o caso da Namíbia: implicações para o poder naval brasileiro**. 2012. 154 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Política e Estratégias Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2012.

ALVES, Anna. **China's lusophone connection**. Johannesburg: South Africa Institute of International Affairs, 2008. (China in Africa Report, 2).

ANDRADE, Juliana. Produção de petróleo e gás natural em junho registra record. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 01 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-08/producao-de-petroleo-e-gas-natural-em-junho-registra-recorde>. Acesso em: 01 ago. 2023.

BARBOSA JUNIOR, Ilques. Oceanopolítica: conceitos fundamentais. *In*: BARBOSA JUNIOR, Ilques e MORE, Rodrigo Fernandes (org.). **Amazônia Azul: política, estratégia e direito para o oceano do Brasil**. Rio de Janeiro: FEMAR, 2012. cap. 9. Disponível em: <http://www.egn.mb/cecos-exameselecao.php>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Agência Senado. Plenário aprova indicação de Vivian Loss Sanmartin para embaixada na Namíbia. **Senado Notícias**, Brasília, DF, 01 dez. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/12/01/plenario-aprova-indicacao-de-vivian-loss-sanmartin-para-embaixada-na-namibia>. Acesso em: 10 jul. 2023.

_____. Marinha. Capitânia da Marinha da Namíbia suspende para as comemorações do Bicentenário da Independência. **Marinha do Brasil**, Brasília, DF, 27 ago. 2022. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/capitania-da-marinha-da-namibia-suspende-para-comemoracoes-do-bicentenario-da-independencia>. Acesso em: 31 jul. 2023.

_____. _____. Marinha do Brasil tem participação inédita na Comissão Grand African NEMO 2019. **Marinha do Brasil**, Brasília, DF, 29 out. 2019. Disponível em:

<https://www.marinha.mil.br/noticias/capitania-da-marinha-da-namibia-suspende-para-comemoracoes-do-bicentenario-da-independencia>. Acesso em: 31 jul. 2023.

_____. _____. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**: doutrina militar naval. 1. ed. Brasília, DF: EMA, 2017.

_____. _____. _____. **PEM 2040**: Plano Estratégico da Marinha. Brasília, DF: EMA. 2020a.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**: Brasil 2020. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

_____. _____. **MD35-G-01**: glossário das Forças Armadas. 5. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2015.

_____. _____. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020c. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRITO, Alessandra. A pesca ilegal chinesa e a falta de governança dos oceanos. **Boletim Geocorrente**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 126, p. 16, out. 2020.

CAMPOS, Roberto. Sobre a diplomacia de prestígio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 ago. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/31/brasil/3.html>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CASTRO, Flávio M. O. **1808-2008**: dois séculos de história da Organização do Itamaraty. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. v. 1 (1808-1979).

CHINA. National Defense. Information Office of the State Council of the People's Republic. **China's National Defense in 2008**. Beijing, 20 Jan. 2009. Disponível em: http://un.china-mission.gov.cn/eng/gyzg/200901/t20090128_8405779.htm. Acesso em: 28 jul. 2023.

CHINA-AFRICA RESEARCH INITIATIVE (CARI). **Data**: China-Africa trade. Washington, DC: China-Africa Research Initiative, 2023. Disponível em: <http://www.sais-cari.org/data-china-africa->

trade. Acesso em: 18 maio 2023.

CHINESE navy visits Nigeria in a rare foray into West Africa. **TRT World**, Istanbul, July 2023. Disponível em: <https://www.trtworld.com/africa/chinese-navy-visits-nigeria-in-a-rare-foray-into-west-africa-13877163>. Acesso em: 18 jul. 2023.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito da; PINTO, Eduardo Costa (org.). **China em transformação dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

COSTA, Murilo Gomes da. Desafios da Revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul no Contexto da Década Oceânica (2021-2030). **Policy Brief**, Lisboa, n. 16, Apr. 2023. Disponível em: https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/ac/pub/acpubs/Documents/Atlantic-Centre_PB_16.pdf. Acesso em: 23 jul. 2023.

COSTA, Wanderley Messias da. A geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional. **L'Espace Politique**: Revue en ligne de géographie politique et de géopolitique, Reims, n. 31, 04 avril 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacepolitique/4132>. Acesso em: 25 jul. 2023.

DOBLER, Gregor. Old ties or new shackles? China in Namibia. *In*: MELBER, Henning (ed.). **Transitions in Namibia**: which changes for whom? Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2007. p. 94-109.

DUARTE, Luiza. 25 anos após massacre da Praça da Paz Celestial, tema ainda é censurado na China. **BBC News Brasil**, Londres, 4 jun. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140604_tiananmen_aniversario_ms. Acesso em: 20 jul. 2023.

DUNNE, Tim; SCHMIDT, Brian, C. Realism. *In*: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia (org.). **The globalization of world politics**: an introduction to international relations. New York: Oxford University Press, 2004. cap. 8.

BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 2022.

FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION (FOCAC). **Declaration of the Beijing Summit of the Forum on China-Africa Cooperation**. Beijing, 16 nov. 2006.

HALIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

HONG-MING, Zhang. A política chinesa na África. *In*: BELLUCCI, Beluce (org.). **Abrindo os olhos para a China**. Rio de Janeiro: CEAA; UCAM; EDUCAM, 2004. p. 233-295.

HUGON, Philippe. **Geopolítica da África**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **World economic outlook database**: April 2022 edition. Washington, DC: IMF, 2022.

JACQUES, Isadora. As iniciativas de Defesa na África para garantir a segurança marítima. **Boletim Geocorrente**, v. 9, n. 181, p. 7-8, abr. 2023. Seção África subsaariana.

JACQUES, Isadora. Os impactos da AfCFTA, o maior acordo de livre comércio do mundo. **Boletim Geocorrente**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 131, p. 8, jan. 2021. Seção África subsaariana.

JACQUES, Isadora. Um campo em disputa. **Boletim Geocorrente**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 168, p. 7-8, ago. 2022. Seção África subsaariana.

JUTA, Christine; ZIMMERMAN, Scott. As novas plataformas de extração de gás em África. **Global Energy Monitor**, California, fev. 2023. Documento informativo. Disponível em: https://globalenergymonitor.org/wp-content/uploads/2023/02/GEM-Changing-of-the-Guard_Portuguese-EU_updated.pdf. Acesso em: 07 jun. 2023.

LABS, Eric J. Beyond victory: offensive realism and the expansion of war aims. **Security Studies**, London, v. 6, n. 4, p. 1-49, 1997.

LASSANCE, Antonio. **O Plano Marshall**: uma abordagem atual à formulação, ao desenho e à coordenação de políticas públicas e programas governamentais. Brasília, DF: Ipea. 2021. (Texto para discussão, 2661).

LESSA, José V. **José Vicente Lessa**: inédito. Windhoek, 28 jul. 2012. Entrevista concedida a Juarez Delgado Imbuzeiro.

LIECHTENSTEIN, Prince Michael of. The West's miscalculation in Africa. **Geopolitical Intelligence Services**, Liechtenstein, 04 Apr. 2023. Disponível em:

<https://www.gisreportsonline.com/r/west-policies-africa/>. Acesso em: 07 jun. 2023.

LIMA, Maria Regina Soares de Lima (coord.) *et al.* **Atlas da política brasileira de defesa**. Buenos Aires: Clacos; Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. New York: Norton, 2001.

MELO, Suzane. Internacional: África O continente que depende das exportações de matérias primas e é afetado pela queda internacional dos preços. **Guia do Estudante**, São Paulo, 01 ago. 2023. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/curso-enem/materia-primas-ditam-a-economia-da-africa/>. Acesso em: 03 ago. 2023.

MENEZES, Gustavo Rocha de. **As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Tradução de Oswaldo Biato. 6. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Clássicos IPRI).

NYE JUNIOR, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial**. São Paulo: Gente, 2009.

OLIVEIRA, A. **A política africana da China**. [S. l.: s. n.], 2007. Mimeografado.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **Petróleo e segurança internacional: aspectos globais e regionais das disputas por petróleo na África subsaariana**. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). General Assembly (41st sess.: 1986-1987). **A/RES/41/11, 50th plenary meeting, 27 Oct. 1986**. Zone of peace and cooperation of the South Atlantic. [New York]: UN, 6 Nov. 1986. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/123188>. Acesso em: 21 jul 2023.

PACIEVITCH, Thais. África-subsaariana. **InfoEscola**, [S. l.], [202-]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/africa-subsaariana/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

PRESIDENTE Trump destaca “batalha feroz contra inimigo invisível”. **ONU News**, [S. l.], 22 Set.

2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/09/1727062>. Acesso em: 21 jul. 2023.

RÊGO, André Heráclito. **Os sertões e os desertos: o combate à desertificação**. Brasília, DF: FUNAG, 2012.

ROSÁRIO, M. Foreign Affairs publica artigo exaltando política externa brasileira. **Brasil 247**, São Paulo, 14 jun. 2015. Disponível em: <https://bitly.com/sBTcD>. Acedido a 23 jan. 2023.

SANTOS, Eduardo Eugénio Silvestre dos. A geopolítica de África. **Revista Militar**, Lisboa, n. 2639, p. 975-985, dez. 2021.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **A África no século XXI: um ensaio acadêmico**. Brasília, DF: FUNAG, 2015.

SNYDER, G. Mearsheimer's world: offensive realism and the struggle for security. **International Security**, Cambridge, v. 27, n. 1, p. 149-173, Summer 2002.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2010.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WANG, Jian-ye. What drives China's Growing Role in Africa? **IMF Working Paper**, Washington, DC., Oct. 2007. WP/07/211. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2016/12/31/What-Drives-Chinas-Growing-Role-in-Africa-21282>. Acesso em: 20 ago. 2010.

WORLD BANK. **DataBank**. Washington, DC, 2016. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/home>. Acesso em: 25 jul. 2023.

XAVIER, Alexandre Tito dos Santos. África, palco de disputas geopolíticas. **Tito Geopolítica**, [S. l.], 18 abr. 2020a. Disponível em: <https://www.atitoxavier.com/post/%C3%A1frica-palco-de-disputas-geopol%C3%ADticas>. Acesso em: 18 jul. 2023.

XAVIER, Alexandre Tito dos Santos. Pirataria no Golfo da Guiné: aumento da militarização no

entorno estratégico brasileiro. **Tito Geopolítica**, [S. l.], 21 maio 2020b. Disponível em: <https://www.atitoxavier.com/post/pirataria-no-golfo-da-guin%C3%A9-aumento-da-militariza%C3%A7%C3%A3o-no-entorno-estrat%C3%A9gico-brasileiro>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ZHOU, Enlai. Main speech by Premier Zhou Enlai, Head of the Delegation of the People's Republic of China, distributed at the plenary session of the Asian-African Conference: April 19, 1955. *In*: BANDUNG CONFERENCE (ASIAN-AFRICAN CONFERENCE), 1955, Bandung. [Proceedings...]. [S. l.: s. n.], 1955. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/main-speech-premier-zhou-enlai-head-delegation-peoples-republic-china-distributed-plenary>. Acesso em: 23 abr. 2023.

ANEXO A
Entorno Estratégico Brasileiro (EEB)



FIGURA 1 – Entorno Estratégico Brasileiro (EEB)
Fonte: BRASIL, 2020a.

ANEXO B

Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)

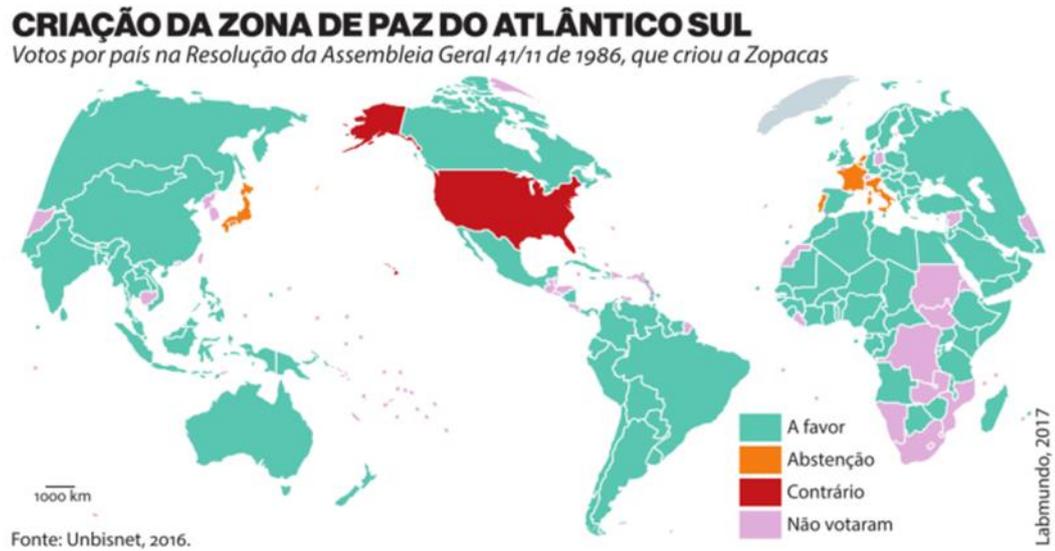


FIGURA 2 – Criação da Zona de Paz do Atlântico Sul
Fonte: LIMA *et al.*, 2017, p. 76.

ANEXO C
Navio de Apoio Logístico (NApLog) “Elephant”



FIGURA 3 – Navio de Apoio Logístico (NApLog) “Elephant”

Fonte: BRASIL, 2022.

ANEXO D

A evolução da Balança Comercial China-África (2002-2021)

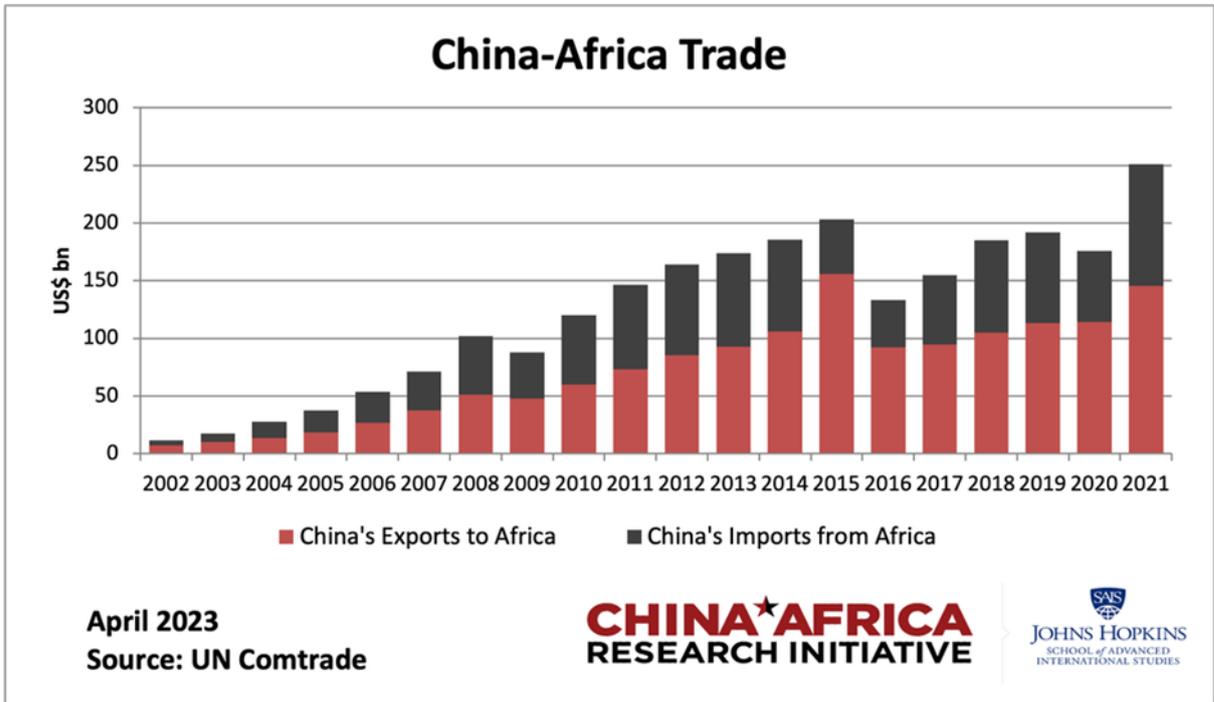


GRÁFICO 1 - A evolução da Balança Comercial China-África (2002-2021)

Fonte: CARI, 2023.

ANEXO E

Crescimento anual do PIB e média móvel trienal, Mundo e África Subsaariana: 1991-2022

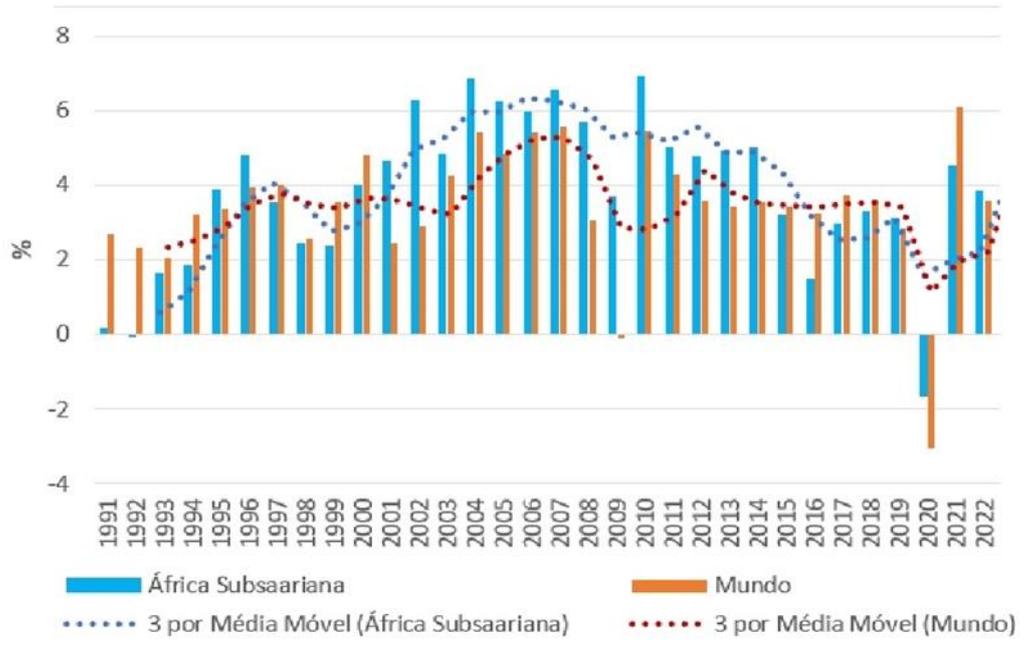


GRÁFICO 2 – Crescimento anual do PIB e média móvel trienal, Mundo e África Subsaariana: 1991-2022

Fonte: IMF, 2022.

Nota: Gráfico modificado pelo autor, com a exclusão dos dados relativos a 2023-2027

ANEXO F

Reservas de pré-produção de óleo e gás na África

Tabela 1: Reservas de pré-produção em África por país

Pais	Reservas (MMMC)	Porcentagem
Moçambique	2307,4	44,9%
Senegal	778,7	15,1%
Mauritânia	574,6	11,2%
Tanzânia	512,5	10%
Argélia	192,7	3,7%
Egito	192,6	3,7%
Nigéria	155	3%
Angola	143,6	2,8%
Libia	102,2	2%
África do Sul	96,3	1,9%
Etiópia	42,5	0,8%
Marrocos	39,4	0,8%

Fonte: Global Oil and Gas Extraction Tracker do GEM

FIGURA 4 – Reservas de pré-produção de óleo e gás na África
Fonte: MENEZES, 2013.

Figura 1: Locais de extração de gás em África

"A Velha Guarda" (Argélia, Nigéria, Libia e Egito) apresentada a azul e as "Próximas plataformas de gás natural" (Etiópia, Mauritânia, Moçambique, Senegal, África do Sul e Tanzânia) apresentadas a turquesa.

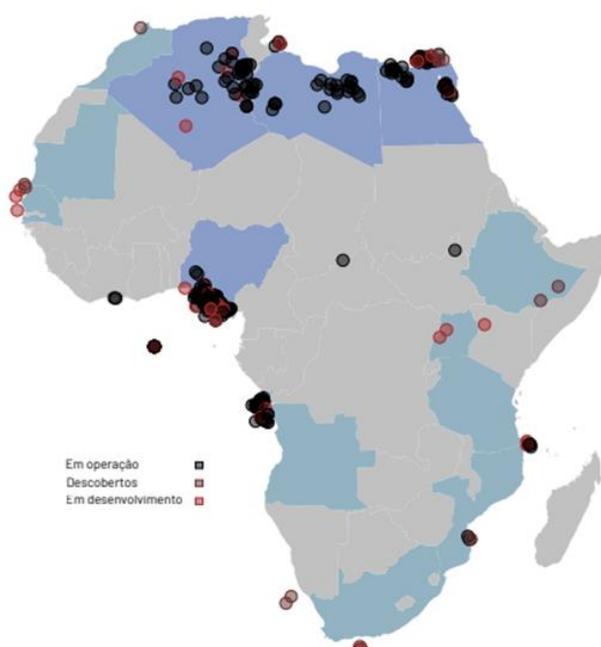


FIGURA 5 – Locais de extração de gás na África
Fonte: MENEZES, 2013.

ANEXO G

As riquezas do continente africano

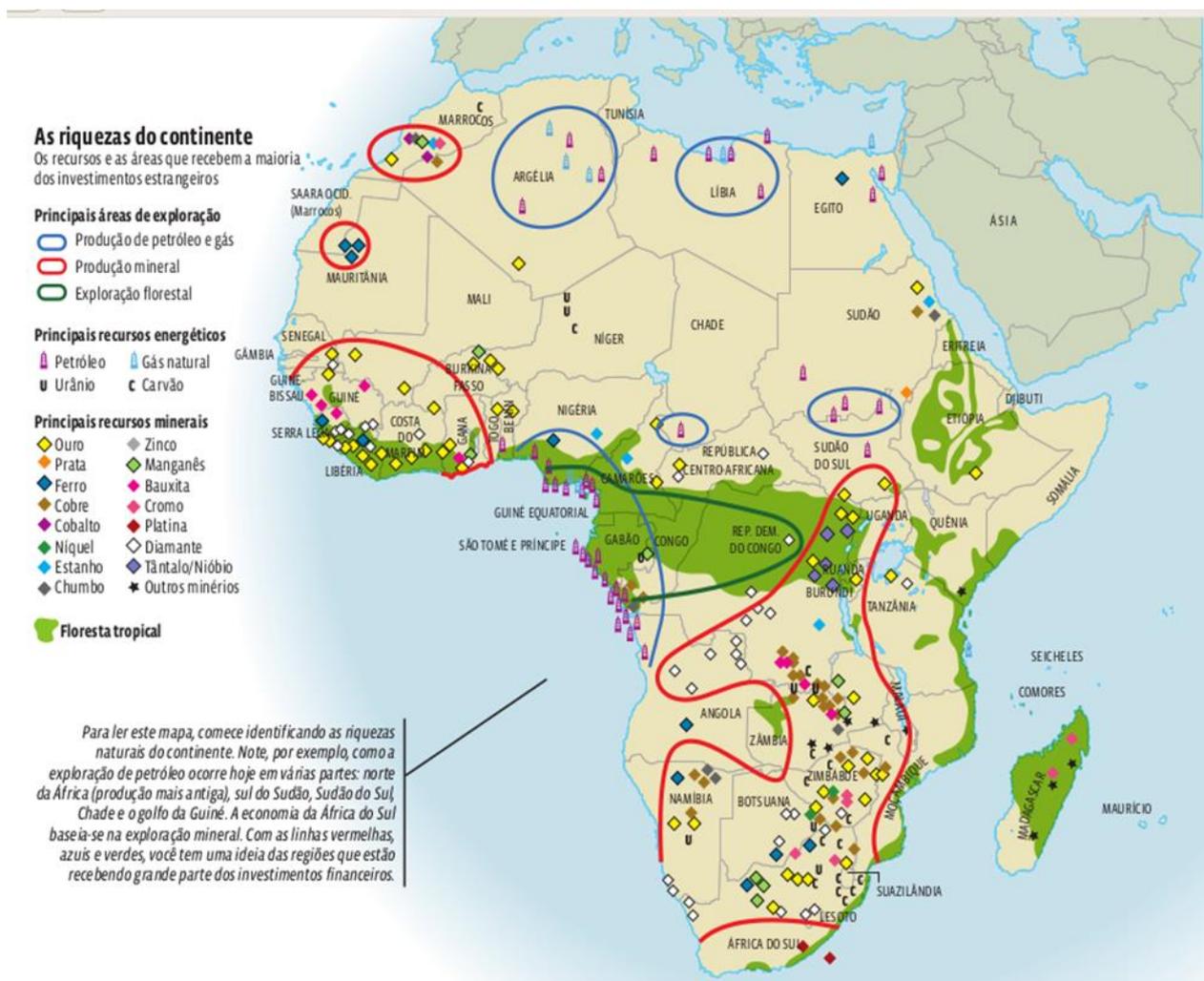


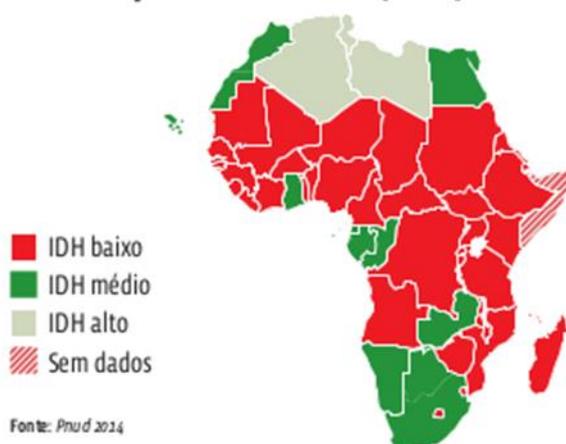
FIGURA 6 – As riquezas do continente africano

Fonte: MELO, 2023.

ANEXO H

Investimentos estrangeiros na África

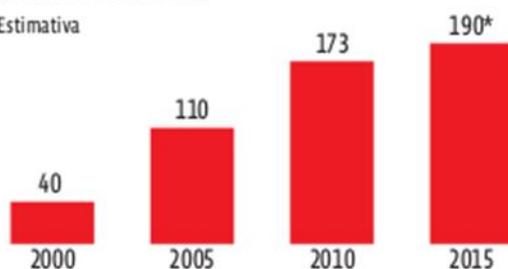
IDH dos países africanos (2014)



Entrada de capitais na África (2000-2015)

Em bilhões de dólares

*Estimativa



Recursos de fora A entrada de capitais no continente cresceu quase 5 vezes. Desde 2012, ela se mantém entre 180 e 190 bilhões de dólares anuais. Esses valores se referem a remessas do exterior, assistência internacional e investimentos. De 2010 a 2015, o volume acumulado ultrapassou 1 trilhão de dólares, metade do valor do PIB africano

GRÁFICO 3 – Investimentos estrangeiros na África
 Fonte: MELO, 2023.

ANEXO I

Cooperação em defesa no Atlântico Sul

COOPERAÇÃO EM DEFESA NO ATLÂNTICO SUL

Acordos bilaterais na área de Defesa e Assuntos Militares firmados entre o Brasil, com países africanos ou países membros da Zopacas, entre 1990 a 2003



FIGURA 7 – Cooperação em Defesa no Atlântico Sul

Fonte: COSTA, 2023

ANEXO J

Cronologia dos exercícios navais IBSMAR

CRONOLOGIA DOS EXERCÍCIOS NAVAIS IBSAMAR (2008-2022)

Principais exercícios navais do IBSAMAR, por edição e localização, entre 2008 e 2022



FIGURA 8 – Cronologia dos exercícios navais IBSAMAR

Fonte: COSTA, 2023.

ANEXO K

Influência da presença chinesa no ambiente de segurança da África subsaariana

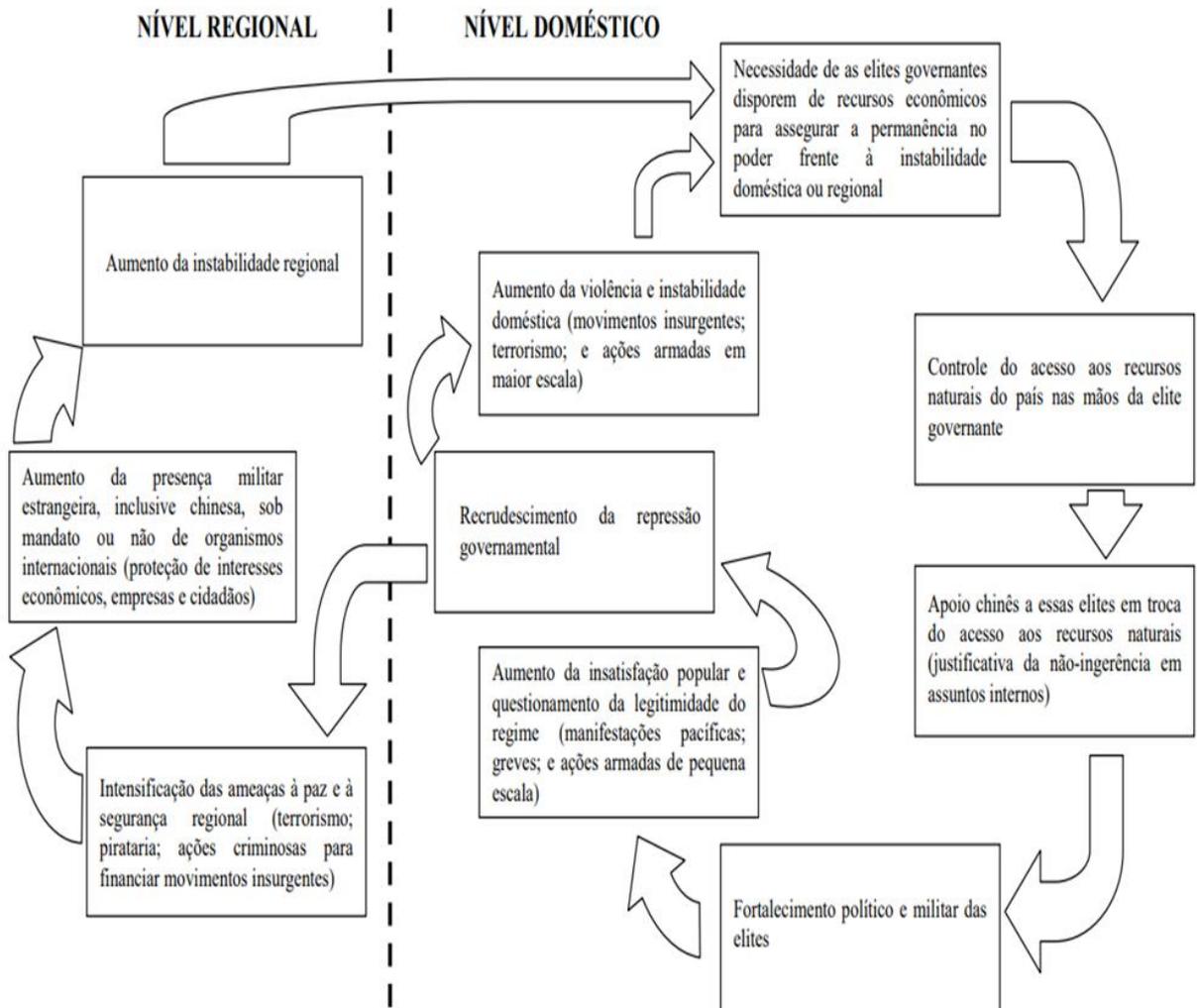


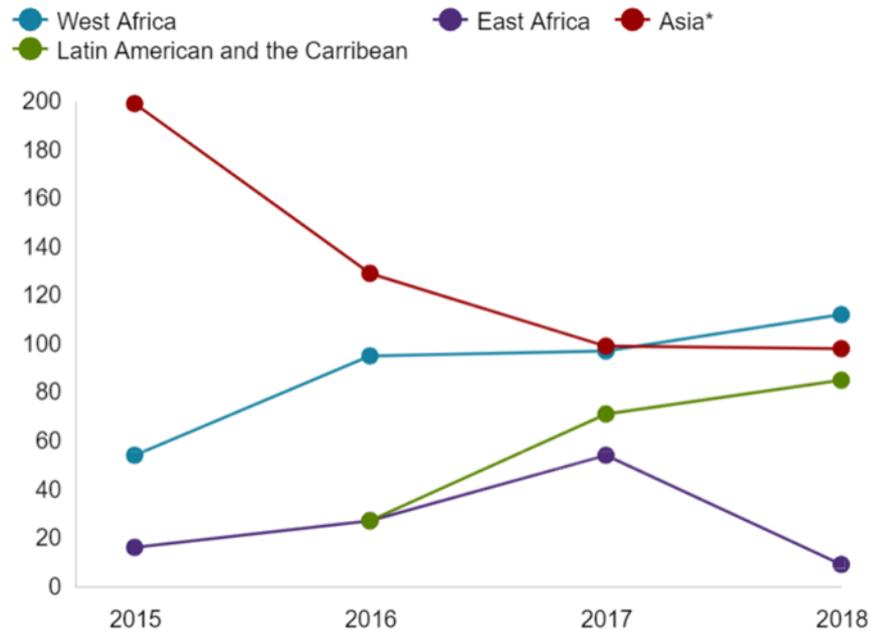
FIGURA 9 – Influência da presença chinesa no ambiente de segurança da África subsaariana

Fonte: ALMEIDA, 2012.

ANEXO L

Atividades criminosas no mar

Worldwide piracy and armed robbery at sea incidences



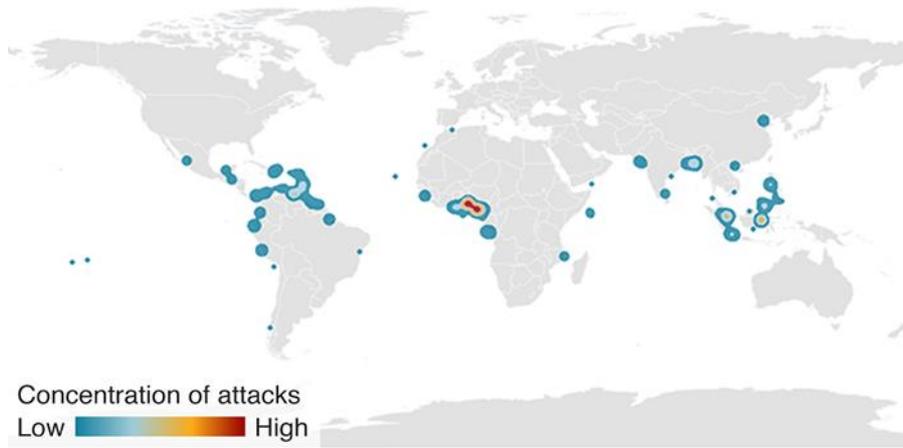
*Data for 2015 only counted incidences in Southeast Asia

Source: The State of Maritime Piracy, One Earth Future



FIGURA 10 – Atividades criminosas no mar
Fonte: XAVIER, 2020b.

Piracy and armed robbery at sea 2018



Source: The State of Maritime Piracy, One Earth Future



FIGURA 11 – Concentração dos atos de pirataria e roubos armados
Fonte: XAVIER, 2020b.